

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO SCRICTO SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

JOSÉ EDIANE PEREIRA DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO NEGRO EM MARECHAL
CÂNDIDO RONDON-PR: UM ESTUDO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES
PÓS-EMERGÊNCIA DA LEI 10.639/03

FOZ DO IGUAÇU – PR

2016

JOSÉ EDIANE PEREIRA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO NEGRO EM MARECHAL
CÂNDIDO RONDON-PR: UM ESTUDO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES
PÓS-EMERGÊNCIA DA LEI 10.639/03**

Dissertação elaborada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa *Stricto Sensu* Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná–*Campus* de Foz do Iguaçu-PR.

Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde

FOZ DO IGUAÇU-PR

2016

Dedicatória

O trabalho é dedicado aos participantes da OERAN, em especial à Udilma Lins Weirich e Jossoé Hann Pinto, que muito têm contribuído em Marechal Cândido Rondon para a propagação dos benefícios produzidos pelo povo negro.

É dedicado, igualmente, com muito carinho, à esposa Márcia Regina Pereira da Silva, e à filha, Ana Vitória Pereira da Silva que, pacientemente, ouviram minhas dúvidas no transcorrer da elaboração desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos a todos que nos oportunizaram dar mais um passo importante para o desenvolvimento de aprendizagem e conhecimento.

Agradecimento especial ao professor e doutor Tarcísio Vanderlinde pelas orientações e a tranquilidade repassadas para consolidar a tarefa de produzir o trabalho. Da mesma forma, especial agradecimento ao professor e doutor Valdir Gregory por ter contribuído com informações importantes para fundamentar a pesquisa, além das caronas, sempre disponível para o deslocamento a Foz do Iguaçu.

De semelhante forma, agradecimentos aos demais professores do mestrado, especialmente a Samuel, Ivo, Josiele, Walter e Fernando que nas aulas possibilitaram ampliar e melhorar o conhecimento com vistas à construção do estudo. Também a professora e doutora Angela Maria de Souza pelas sábias palavras e recomendações durante a banca de defesa desta pesquisa.

Gratidão a todos os amigos do curso, em particular, a Orlando, Paola, Marcos, Marlene e Edson, pelo companheirismo. À ex-diretora Mari Lurdes e aos colegas de trabalho do Colégio Estadual do Campo Nilso Franceski. À Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED) que permitiu o afastamento das funções em sala de aula para frequentar o primeiro ano do mestrado.

Agradecimentos, igualmente, aos familiares residentes em Guaíra-Pr, a amigos e colegas de Marechal Cândido Rondon. De modo particular, agradecimentos ao professor Edson Belo, à bibliotecária Márcia Sbaraini, ao jornalista Hugo Ewalt Balko e a Valdir Port (Portinho). Aos companheiros do Coletivo Negro do Estado do Paraná que, pela simpatia e amizade, têm oportunizado a convivência de luta e da resistência por condições de melhorias e dignidade para a população negra.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

NELSON MANDELA (1995)

SILVA, José Ediane Pereira da. **A construção de um movimento negro em Marechal Cândido Rondon-PR**: um estudo sobre as manifestações pós-emergência da lei 10.639/03. 2016. 102f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

Fundamentada em ações e manifestações ocorridas em Marechal Cândido Rondon (PR), a dissertação tem o foco centralizado na pós-emergência da lei 10.639/03, que trata de assunto de grande interesse da população negra. Análises foram feitas com a intenção de demonstrar que as ações expressam a construção de movimento social negro local. As investigações têm como marco temporal, as primeiras iniciativas realizadas em meados de 2008, estendendo-se até 2014. Para facilitar a compreensão da temática, os estudos se reportam a contexto geral da vinda dos africanos negros para trabalharem no sistema escravista no Brasil Colônia. Abrangem, igualmente, as resistências contra o sistema. E, ainda, contemplam o surgimento do movimento social negro durante o período republicano brasileiro. A partir do conhecimento do conteúdo da lei 10.639/03, em 2008, grupo de pessoas de Marechal Cândido Rondon começou a produzir ações visando à valorização do povo negro na história e na atualidade do Brasil, inclusive no município. Com a análise das ações foi possível perceber a interdisciplinaridade do conteúdo da lei em questão. Também foram base para o trabalho, a análise de bibliografias que retratam o contexto histórico do município, bem como de documentos, caso do Estatuto da OERAN - Organização Étnica Racial Nagô de Marechal Cândido Rondon -, requerimento debatido e votado na Câmara de Vereadores, Estatuto da Igualdade Racial, Cadernos Temáticos da Educação do Estado do Paraná: História e cultura afro-brasileira e africana/lei 10.639/03. Com a mesma finalidade, foram observados registros fotográficos e informações publicadas em jornais sobre ações e manifestações na localidade e, também em sites, como o da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, e de organizações e movimentos sociais negros. Com este suporte, foram analisadas ações e práticas que objetivaram construir movimento social negro em Marechal Cândido Rondon.

Palavras-chaves: Negros, lei 10.639/03, movimentos sociais, interdisciplinaridade, movimento negro.

SILVA, José Ediane Pereira da. **Construction of a black moving in Marechal Cândido Rondon-PR**: a study about the events of law 10.639/03after emergency. 2016. 102f. Dissertação (Dissertation (Master of Society, Culture and Borders) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

Grounded in actions and demonstrations in Marechal Cândido Rondon (PR), the dissertation is the central focus in the post-Emergency Law 10.639/03, which deals with the subject of great interest of the black population. Analyses were made with the intention of realizing the actions express the construction of social movement black spot. Investigations have as timeframe, the first initiatives undertaken in mid-2008, extending to 2014. To facilitate understanding of the subject, the studies report to the coming general context of black Africans to work in slave system in Brazil. Cover also the resistance against the system. And also include the emergence of the black social movement during the Brazilian republican period. Based on this context and in the reflections of the theory of social movements the study sought to understand references that supported the law 10.639/03. From the knowledge of the content of the law in 2008, a group of people from Rondon began producing actions aimed at enhancement of the black people in history and today in Brazil, including in the city. With the analysis of the stock, it was revealed the interdisciplinary content of the law in question. Similarly, it was also the basis for the work, analysis of bibliographies that depict the historical context of the city as well as documents, if the Statute of OERAN - Ethnic Organization Racial Nagô of Marechal Cândido Rondon, debated and voted on application in camera councilors, Statute of Racial Equality, Themed Notebooks of Paraná State Education: History and african-Brazilian culture and African / Law 10.639/03. For the same purpose, photographic records and information published in newspapers about actions and events in the locality and also on sites were observed, such as the Secretariat of the State of Paraná Education, and black organizations and social movements. With this support, actions and practices were analyzed aimed to build black social movement in Marechal Cândido Rondon.

Keywords: Blacks, Law 10.639 / 03, social movements, interdisciplinary, black movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01– Localização do Município de Marechal Cândido Rondon.....	13
Figura 02 - Crianças Estudando nas Escolas Frente-Negrinhas	39
Figura 03 – Arinda Serafim e Marina Gonçalves, co-fundadoras do TEN, ensaiando o papel da “velha nativa” em O imperador Jones, de Eugene O’Neill, que estreou no Teatro Municipal (RJ) em 1945.....	41
Figura 04– Ato do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro, 1978.	42
Figura 05 – Registro da divulgação da Semana Pedagógica sob a temática da cultura afro-brasileira.	56
Figura 06 – Logomarca da OERAN.....	59
Figura 07 – Cartaz de divulgação do Dia Nacional da Consciência Negra.....	60
Figura 08 – Divulgação do 1º Fórum na imprensa local	62
Figura 09 – Registro da realização das atividades do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	64
Figura 10 – Registro de visita à Comunidade Quilombola Manuel Ciríaco dos Santos	71
Figura 11 – Registro da solenidade de abertura do “Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra”	74
Figura 12 - Palestra do Professor Paulo Borges, membro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná	75
Figura 13– Divulgação do 2º Fórum: A População Negra: a luta pelo fim da desigualdade ...	78
Figura 14 - Professor João Batista Rodrigues Lopes após sua palestra “A Valorização do Negro na Sociedade” com representantes da OERAN	80
Figura 15– Palestra do professor Jomar Rocha no 2º Fórum, denominado de “População negra: a luta pelo fim da desigualdade”	81
Figura 16 – Matéria jornalística na imprensa local sobre a Congada, da Lapa	84
Figura 17 - Componentes da Congada e organizadores do evento.....	85
Figura 18 - Divulgação da Semana da Consciência Negra do Colégio Eron Domingues.....	87
Figura 19 - Participantes da aprovação da ata de fundação da ONG OERAN ocorrida em 12 de junho de 2013 nas dependências da Câmara de Vereadores em Marechal Cândido Rondon.....	88
Figura 20 – Professor Ilídio Enoque Alfredo Macaringue e representantes da OERAN	90
Figura 21 - Momento da apresentação do cantor e dançarino Kadi.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 01– Marechal Cândido Rondon-PR – Censo demográfico 2010 (IBGE)	16
Quadro 02 - Divisão da Quantia de Africanos e seus Descendentes por Período	25
Quadro 03 - Dados da população negra livre e escravizada no Brasil em 1819.....	26
Quadro 04 - Fases de um Movimento Social	36
Quadro 05 - Propostas para a Inserção das Reivindicações do Movimento Negro.....	47
Quadro 06 - Artigo 26, da LDB de 1996.....	48
Quadro 07–Artigos26-A, 79-A e 79-B.....	49
Quadro 08 - Sugestões Didáticas para a Aplicabilidade da Lei 10.639/03	54
Quadro 09– Dados sobre Ações e Manifestações Realizadas	92

LISTA DE SIGLAS

CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CEPEDAL - Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná

CNE - Conselho Nacional de Educação

DED - Departamento da Diversidade

FNB - Frente Negra Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JELL - Jornada de Estudos Linguísticos e Literários

LDB - Lei de Diretriz e Base da Educação

MARIPÁ - Madeireira Colonizadora Rio Paraná

MNU - Movimento Negro Unificado

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

OERAN - Organização Étnico Racial Nagô

ONG - Organização Não Governamental

SEED/PR - Secretaria Estadual da Educação do estado do Paraná

SEPPIR - Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

TEN - Teatro Experimental do Negro

UHC - União dos Homens de Cor

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS NEGROS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.....	23
1.1 OS NEGROS E A DISPERSÃO PELO BRASIL.....	24
1.2 RESISTÊNCIAS: CONSTRUÇÃO DE UNIÃO E COLETIVIDADE.....	28
1.3 MOVIMENTO SOCIAL: REFERÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS	35
1.4 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL: BASE PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS AÇÕES.....	38
2 LEI 10.639/03: RESULTADO DAS LUTAS E BASE PARA NOVAS AÇÕES.....	44
2.1 SURGIMENTO DA LEI 10.639/03: CONFLITOS E BENEFÍCIOS	45
2.2 LEI 10.639/03: REFERÊNCIA ÀS PRIMEIRAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	52
2.3 INTERDISCIPLINARIDADE: CONVERGÊNCIA DISCIPLINARES NA REALIZAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO	62
3 EXPERIÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO NEGRO	68
3.1 SEMINÁRIO DE MOBILIZAÇÃO DO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	69
3.2 2º FÓRUM: POPULAÇÃO NEGRA NA LUTA PELO FIM DA DESIGUALDADE	77
3.3 A CREDIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO	82
CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

A dissertação trata de estudo sobre as manifestações que surgiram no município de Marechal Cândido Rondon (PR) pós-emergência da lei 10.639/03, sob a temática sobre os negros¹. As análises buscam perceber se as ações expressam a construção de movimento social negro local. As investigações têm como marco temporal as primeiras iniciativas datadas em meados do ano de 2008 e discorrem até as atividades realizadas em 2014.

A lei 10.639 foi sancionada em 09 de janeiro de 2003, alterando a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", além de outras providências. A partir da lei, surgiram ações em Marechal Cândido Rondon, manifestações que tratam da temática sobre o povo negro. É preciso destacar que esta pesquisa tem relação com as vivências pessoais do autor.

Em 1994, aos 23 anos de idade, voltamos a estudar frequentando a antiga sexta série, após estar fora do meio escolar por uma década. No ano em questão, em Guaíra (PR), cidade na qual nascemos e onde residíamos, fizemos um comentário em sala de aula, com uma colega negra, justificando o retorno aos estudos afirmando que o fazíamos para, no futuro falar bem da população negra.

A justificativa, naquele momento, poderia, até mesmo, ter soado como uma utopia, se porventura, depois de 21 anos, quando da realização do presente estudo, abordando a temática das manifestações sobre negros em Marechal Cândido Rondon, não percebêssemos que o desejo exposto à colega de aula tornou-se realidade.

O interesse pelo conhecimento leva à concretização de sonhos. No nosso caso específico, com esforço e dedicação concluímos os estudos concernentes à sexta-série, quando, então, fomos aconselhados por professores a frequentar a sétima e a oitava séries daquele nível de ensino através do regime de estudo supletivo. Foi o que realmente ocorreu. No ano seguinte, em 1995, ainda em Guaíra, via supletivo, concluímos os estudos do ensino fundamental.

¹As denominações “negros”, “pessoas negras”, “pessoa de cor”, “afro”, “afro-brasileiros”, “afrodescendentes”, “descendente afro” “povo negro” “pretos” “pardos” “população negra” utilizadas neste estudo se remetem nas suas especificidades aos africanos negros e seus descendentes que fizeram e/ou fazem parte da formação social brasileira. Também tem consonância com o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que declara no artigo 1º, parágrafo único, inciso IV: “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2015, p. 13). Os termos utilizados estão em sua maioria no gênero masculino apenas para facilitar a leitura e não enaltecendo um gênero em referência ao outro.

No afã de buscar maior qualificação e conhecimento e, considerando a idade, não nos damos por vencido, pois a intenção era dar sequência aos estudos e recuperar o tempo perdido. Por isto, como não estava sendo ofertado ensino supletivo para a etapa seguinte de estudos (ensino médio), optamos por frequentar o referido nível na capital do Estado, em Curitiba.

Apesar das dificuldades inerentes à cidade grande, na qual os desafios são bem maiores, concluímos, também via regime supletivo, o ensino médio no dia 17 de outubro de 1997. Passo seguinte foi fazer a matrícula no Colégio Unificado (particular) e frequentar curso superintensivo, preparatório para o vestibular.

Em razão da proximidade geográfica da localização de Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - (instituição pública), distante cerca de 60 quilômetros de Guaíra e onde residia a família, em novembro de 1997, em Marechal Cândido Rondon, nos inscrevemos para o concurso vestibular com a pretensão de cursar História. Com alegria e muita satisfação, constatamos que alcançamos o direito de frequentar o ensino superior obtendo a 7ª melhor classificação no vestibular.

Começamos a sentar em banco acadêmico em março de 1998. Nos meses entre o vestibular e o início das aulas na universidade permanecemos trabalhando em Curitiba. Quando comunicamos o desejo de nos mudarmos para Marechal Cândido Rondon, cidade conhecida pela formação étnica de descendentes de europeus, sobretudo, alemães, fomos questionados quanto à intenção de mudarmos de residência para a cidade e cursar o ensino superior, já que, a principal indagação era: "o que você vai fazer lá, naquele lugar não se ouve falar de negro!"

O ânimo e a vontade de estudar, entretanto, foram bem maiores do que o receio de estar em cidade na qual não se ouvia falar do povo negro. Paralelamente ao estudo na universidade, a nossa convivência serviu para interagir com a comunidade acadêmica e, igualmente, com os habitantes da cidade de uma forma geral. Não foi necessário superar muitas dificuldades por causa da ascendência negra para sermos aceitos pelas pessoas e participarmos do convívio social local.

O relacionamento social com descendentes de outras etnias, especialmente no meio acadêmico, nos motivou a estudar a possibilidade de realizar trabalho de pesquisa fundamentado na origem e nos costumes de pessoas negras que habitavam em Marechal Cândido Rondon. Entretanto quando manifestávamos interesse em fazer pesquisa com referência ao povo negro, colegas do curso e residentes na localidade lembravam que atualmente não havia tanto estranhamento para tratar de temas sobre o povo negro, mas

antigamente em Marechal Cândido Rondon nem se ouvia falar de negros, todavia as pessoas com que convivíamos não apresentavam reservas ou demonstravam desaprovações com a presença de pessoas afrobrasileiras.

No transcurso do levantamento de fontes e de dados para a contextualização histórica do estudo foi possível perceber que informações repassadas por colegas do curso de História poderiam servir para embasar a formação demográfica e social de Marechal Cândido Rondon.

Localizado no Oeste do Estado do Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai, o município de Marechal Cândido Rondon possui construção social - propagada por parte de órgãos públicos e instituições privadas – como forte representação da tradição ocidental europeia, especificamente baseada na cultura alemã.

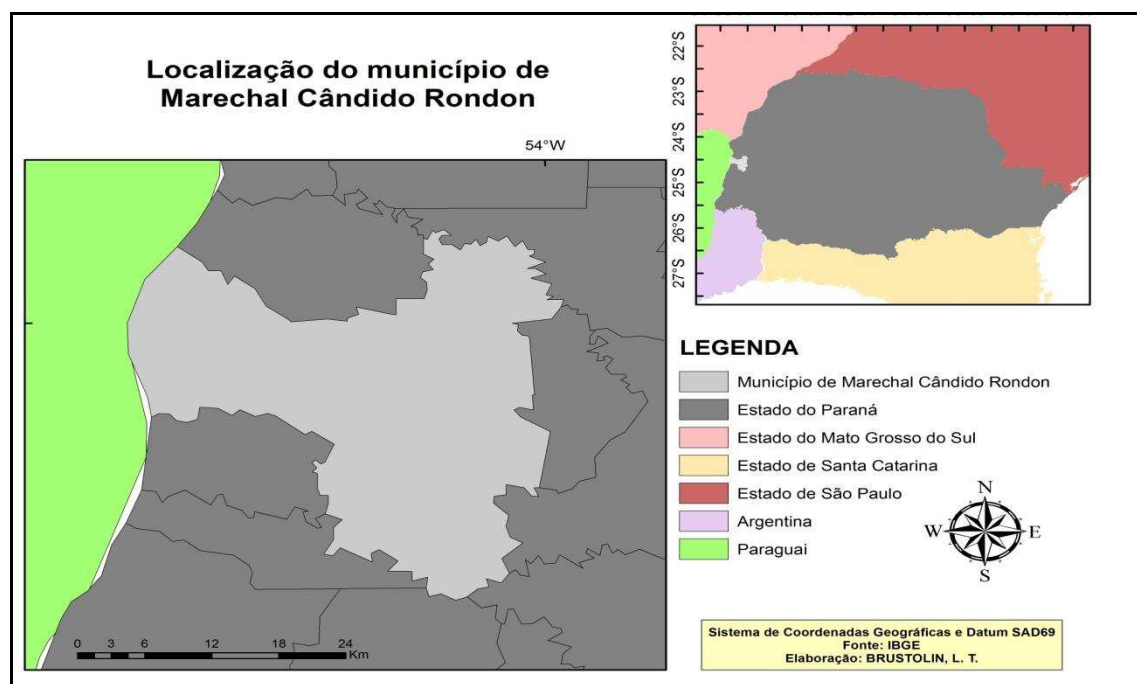


Figura 01– Localização do Município de Marechal Cândido Rondon

Fonte: IBGE – Elaboração Lucas Tagliari Brustolin

Fontes que registram a formação étnica do município enfatizam que o princípio foi marcado por pessoas oriundas do Sul do Brasil, descendentes de europeus, com destaque para alemães, que representaram, praticamente, a totalidade no início da colonização. Informações neste sentido estão presentes em livros com referência a história do município, bem como em pesquisas que analisaram os registros históricos da localidade.

Exemplo disso, pode ser verificado em informações de Venilda Saatkamp (1984, p. 85), que em 1956, a região na qual surgiu o município de Marechal Cândido Rondon tinha a população composta por descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e

Santa Catarina. Naquele ano, a população de Marechal Cândido Rondon totalizava 987 pessoas: 95% de famílias com descendência alemã, 5% de italianas e luso-brasileiras. As informações dão conta que na formação étnica do município houve a presença de população hegemônica de descendentes de imigrantes europeus alemães.

Lia Dorotéia Güths (2000, p. 145) no estudo denominado “Zona bonita nos caminhos da colonização da fronteira”, frisa informações de autores que analisaram o direcionamento étnico dado pela empresa colonizadora Maripá² com objetivo de que as evasões populacionais não “denegrissem” (sic) a imagem da ocupação do município.

Segundo a autora, o historiador Ruy Wachovicz (1987, p. 175) na obra “Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste Paraná” registrou que o direcionamento étnico estava relacionado à exclusão de três tipos de elementos: o colono, descendente de poloneses e ucranianos, oriundos do Sul do Paraná; o caboclo, dos sertões brasileiros; e, o nortista, da frente cafeeira do Norte do Paraná.

Com estas informações é possível perceber que ao mesmo tempo em que o planejamento da colonizadora excluía os elementos indesejados na participação inicial da sociedade local, demarcou fronteira entre quem era bem-vindo ou não à região. A preocupação em não permitir a participação de "pessoas indesejadas" mostra, por extensão que, na outra extremidade, havia a preocupação com a presença de "pessoas desejadas" para estabelecer e povoar a localidade visando à aquisição do território, que estava sendo colonizado para abrigar pessoas indicadas pela empresa que vinha coordenando e promovendo a ocupação do lugar.

Róbi J. Schmidt (2001, p. 22), ao pesquisar memórias de Willy Barth, um dos principais líderes da Colonizadora Maripá, revela que o projeto da empresa para ocupar a região estava estruturado levando em consideração o potencial econômico, visualizado na comercialização de madeiras e de áreas rurais agricultáveis e, por isto, o estabelecimento da infraestrutura privilegiava grupos étnicos descendentes de imigrantes alemães e italianos (protestantes e católicos), oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A seleção e a oferta de privilégios para descendentes de imigrantes italianos e, principalmente, para descendentes de alemães, alocando-os na área hoje pertencente ao Município de Marechal Cândido Rondon, estão evidenciadas em pesquisas de trabalho de conclusão de curso da área das Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, bem como em livros que registram a história da região.

²Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Ria Paraná SA – MARIPÁ.

Exemplo é a obra “Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná” do professor e pesquisador Valdir Gregory, que apresenta análise detalhada da origem e da caracterização dos elementos humanos desejados pela colonizadora para explorarem a nova frente econômica que estava sendo aberta no Extremo Oeste do Estado.

A pesquisa do professor Gregory está delimitada no tempo abrangendo o período de três décadas, entre 1940 e 1970. De acordo com ele, a colonização realizada pela Colonizadora Maripá teve caráter seletivo e de opção por determinados colonos³ “[...] Esta forma de proceder se deveu a exigências de conotação econômica e a valores culturais, a preconceitos dos administradores e dos próprios euro-brasileiros que colonizaram a região” (GREGORY 2002, p. 152).

Fica evidenciado que o planejamento da empresa colonizadora, com sede no Rio Grande do Sul, estruturou-se na memória coletiva da localidade como suporte para a propagação de identidade baseada na “origem” daqueles que eram bem-vindos à colonização. Durante suas análises Valdir Gregory (2002, p.152) frisa que:

O termo ‘origem’ é carregado de uma conotação especial entre os administradores da empresa e entre a população da região. O termo tem a ver com o local de nascimento e, neste caso, o local de nascimento deveria ser uma antiga colônia. Isto implicaria numa origem remota europeia, ou seja, a caracterização eurobrasileira. Este termo, nesta acepção, soaria, agradavelmente, aos colonos.

Este planejamento e a corroboração entre as partes, colonizadora e colonos, em construir uma localidade voltada para as raízes de suas origens, ao mesmo tempo em que fortalecia o grupo que se identificava com a proposta, por outro lado, poderia delimitar a participação de outros elementos que tivessem interesse em participar da construção do local.

Gregory (2002, p.157) também assegura que diversos dados e várias fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de forma competente e que marcou a região. Os próprios migrantes manifestaram este desejo, sendo que os novos habitantes introjetaram o espírito de segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. Apesar de mudanças, a máxima continuou sendo seguida por várias décadas.

A delimitação étnico-cultural adotada pela colonizadora que, igualmente, atendia, em parte, a interesses do planejamento do governo do Estado do Paraná com relação à povoação da fronteira com a Argentina e o Paraguai, criou condições que passaram a alimentar a formação da identidade com vínculos na origem europeia e, especificamente, à cultura alemã que, por muitas vezes, foi propagada como representação da memória oficial da localidade.

³Denominação dada aos grupos de migrantes escolhidos para trabalhar na área rural da nova localidade.

O professor e pesquisador Robson Laverdi (2005), no livro “Tempos Diversos Vidas Entrelaçadas: Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná”, analisou diversas pesquisas que retrataram a colonização e formação do município de Marechal Cândido Rondon-PR e concluiu que:

[...] a estruturação dessa memória apresentava-se calcada em versões românticas sobre a colonização ocorrida nos anos 1950 e 1960 do século XX, legitimadas pelas memórias dos primeiros migrantes bem-sucedidos econômica e politicamente. Além disso, uma permanência da ideia de *seletividade do elemento humano* de origem europeia alemã e, em menor escala, italiana, cujas qualidades exponenciais foram valorizadas como atributos distintivos empregados pela Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Ria Paraná SA – MARIPÁ, que executou a sua colonização (LAVERDI, 2005, p. 2).

O discurso adotado pela colonizadora pode ser analisado como fundamentação de uma identidade que busca a originalidade nas referências que foram propagadas no passado e que pode fazer sua manutenção por meio de mudanças e novidades no campo da própria hegemonia que se perpetua como a cultura da localidade.

Ainda hoje, anúncios de divulgação do espaço territorial são feitos, na maioria das vezes, com a finalidade de reforçar o discurso já cristalizado de parte do contexto histórico. Se apresenta nas denominações como “a cidade mais germânica do Paraná”, em eventos como a Oktoberfest, em projetos como o de arquitetura em enxaimel, grupos folclóricos voltados à cultura germânica, entre outras iniciativas.

Importante é considerar que esta construção pode até ser importante para alguns grupos de lideranças, pode trazer desenvolvimento comercial, pode enaltecer a cultura dos antepassados de boa parte da população, no entanto, também pode representar fronteiras que dificultam a propagação de outras representações culturais e sociais de grupos étnicos que convivem no mesmo espaço. Dados do censo do IBGE de 2010 mostram que a população do município apresenta outras configurações, diferentes da apresentada no passado, especialmente nos primórdios.

Quadro 01– Marechal Cândido Rondon-PR – Censo demográfico 2010 (IBGE)

BRANCA	38.753
PRETA	1.060
PARDA	6.786
AMARELA	190
INDÍGENA	30

SEM DECLARAÇÃO	-
TOTAL	46.629

Fonte: IBGE (2010)

A construção demográfica inicial pautada nos "desejados e indesejados", mostra que é possível compreender o porquê do alerta que recebemos de colegas do curso de História quando expusemos a eles a vontade de realizar pesquisa e elaborar trabalho com o fito de propagar temas da população negra.

No final de 1998, foi possível obter emprego na prefeitura de Marechal Cândido Rondon. Com isto, tivemos a oportunidade de seguir os estudos na Unioeste, além, é claro, de trabalhar em instituição pública no executivo municipal, onde permanecemos pelo período de 10 anos.

Desempenhamos, no início, a função de agente de saúde no combate à dengue durante 1999. Depois, em 2000, desempenhamos a função de coordenador dos referidos agentes de saúde. Entre 2001 e 2005 atuamos como diretor da Biblioteca Pública Municipal Martinho Lutero, quando nos foi possível coordenar a realização de atividades na área da cultura.

No ano de 2006 fomos aprovados para o setor administrativo da prefeitura, obtendo a efetivação como funcionário público, passando a trabalhar na Secretaria de Planejamento. O fato de termos sido incorporados ao quadro de servidores públicos do Estado em 2009, a partir de quando desenvolvemos a carreira de professor na disciplina de História, fez com que deixássemos o cargo alcançado no executivo municipal.

O curso de História foi por nós concluído em 2002. Em 2005, frequentamos especialização Latu Sensu em Filosofia e Epistemologia das Ciências. Em 2008, concluímos o curso de Letras Português/Espanhol.

Na caminhada de estudos, a temática escolhida foi inerente à população negra. Em 2002, por ocasião do curso de História, realizamos atividade com base no livro “Presidente Negro: choque das raças”, do escritor Monteiro Lobato (1922). Embora a trama apresentada na obra tenha sido ficcional, ela deixou transparecer desprezo à população negra. Foi uma decepção, já que, na condição de diretor da biblioteca pública municipal, nutríamos grande apreço pelo autor, especialmente pela sua frase memorável que afirmava que “um país se faz com homens e livros”.

O conhecimento do conteúdo do livro gerou dúvidas com referência ao escritor, motivando a leitura de outras obras dele para verificar de que maneira ele tratava a população negra em suas obras. É importante ressaltar que estudiosos e especialistas vem pesquisando

obras de Monteiro Lobato e demonstrando sua perspectiva de cunho racista em referência ao povo negro.

Nilma Lino Gomes,⁴ autora de publicações sobre racismo em obras de Monteiro Lobato, protocolou em 2010, junto à Ouvidoria da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Conselho Nacional de Educação (CNE), a denúncia feita por Antônio Gomes da Costa Neto, mestrando na Universidade de Brasília, que pediu para retirar o livro “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato (1933), da lista de referência em escola do sistema de ensino particular do Distrito Federal. Informações referentes à denúncia presentes no processo nº 23001.000097/2010-26 do parecer do CNE/CEB nº 15/20106 asseguraram que:

O livro faz menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano, que se repete em vários trechos do livro analisado. A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da Constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância do trabalho com uma literatura antirracista na escola superando a adoção de obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas⁵.

As considerações de estereótipos e desmerecimentos referentes ao negro denunciadas no parecer também foram percebidas quando da leitura do livro “Presidente Negro: choque das raças”. No livro “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo”, a historiadora e pesquisadora Pietra Diwan (2007, p. 105-111), ao analisar as influências da eugenia⁶ no Brasil, destaca no capítulo “Monteiro Lobato e o futuro eugenizado” que a obra “Presidente Negro: choque das raças” foi uma das referências de incentivo para a propagação do eugenismo em solo brasileiro. Segundo a trama (mesmo que ficcional), apresentada por Monteiro Lobato, todos os negros seriam exterminados por meio de esterilização compulsória.

Este e outros aspectos expressos no livro “Presidente Negro: choque das raças” aguçaram o interesse para obtermos maiores conhecimentos sobre como era retratada a questão racial nas obras literárias de Monteiro Lobato.

⁴Em 02 de outubro de 2015 foi nomeada pela Presidente da República Dilma Rousseff, ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e no ano de 2016 passou a dirigir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. **Portal da Igualdade**: disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/central-de-conteudos/noticias/outubro/nilma-lino-gomes-e-indicada-como-titular-do-ministerio-das-mulheres-igualdade-racial-e-direitos-humanos>. Acesso em: 17 jan. 2016.

⁵Texto completo sobre as informações contidas no parecer ver no seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2016.

⁶Segundo Pietra Diwan (2007, p. 21.) eugenia é a teoria que busca purificar a raça humana. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte.

Em 2003, quando acadêmico do curso de Letras Português/Espanhol, analisamos obras de Monteiro Lobato que tratavam sobre a população negra. Apresentamos, via comunicação oral, na 6ª Jornada de Estudos Linguísticos e Literários (JELL), análise com o tema “Negrinha: trágica condição da criança”. No mesmo ano, por ocasião do VII Simpósio Interdisciplinar em História, igualmente em comunicação oral, apresentamos o trabalho, “Negrinha - de Monteiro Lobato: As mazelas da escravidão pós-abolição”.

O trabalho de análise do conto “Negrinha” foi abordado sob perspectiva sociológica, por orientação da professora de Literatura Brasileira, do curso de Letras da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, Rita Felix Fortes. Assim, foi possível tomar conhecimento da abordagem da presença da população negra no Brasil na obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire (1938), que aumentou o nosso interesse em trabalhar cada vez mais a temática.

Em 2007, iniciamos pesquisa sobre a importância da participação da população negra no desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon. Para tanto, foi solicitada ajuda ao professor Davi Felix Schreiner, do Programa de Mestrado de História da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Para fundamentar e dar base sólida ao trabalho, sondagens foram feitas com antigos moradores negros do município.

O professor Davi recomendou que as análises e as fundamentações do trabalho deveriam ser feitas com base na obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classe”, do professor e sociólogo Florestan Fernandes (1978). De fato, a leitura da obra trouxe nova visão sobre os negros no Brasil, diferente da apresentada no livro “Casa Grande e Senzala” (FREYRE, 1938).

A leitura de “Casa Grande e Senzala” nos trouxe a compreensão de que os negros, no período da escravidão brasileira, foram beneficiados porque tiveram convivência harmoniosa com quem os escravizava. Gilberto Freyre (1938) externa essa compreensão em várias oportunidades. Escreve que

[...] verificou-se entre nós, uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das Senzalas e os das Casas Grandes (p.355)[...] A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite, não há como a negra (p.361) [...] A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do ‘senhor’ e a do negro, e nunca uma intransponível ou dura barreira (p.356) [...] A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite, que faltavam na mesma proporção ao Sul dos Estados Unidos (p.300).

O conhecimento destas e de outras considerações expressas na obra de Gilberto Freyre causou-nos admiração por saber que houve estudo para apresentar visão enaltecida das qualidades e virtudes do povo negro. Após a leitura da obra “A Integração Negro na

Sociedade de Classe” (1978), todavia, foi possível compreender que a abordagem da questão racial negra na obra “Casa Grande e Senzala”, que era ou ainda é em muitas instituições de ensino o livro base para a compreensão da formação social brasileira, criou a ideia de que no Brasil foi construída uma democracia racial e de que os negros não tiveram grandes problemas sociais na participação da formação brasileira.

Florestan Fernandes (1978, p. 256), analisando esta problemática, demonstrou que na obra “Casa Grande e Senzala” (1938) foi construído o mito da democracia racial no Brasil. Para ele, o mito criou:

[...] primeiramente, a ideia de que o negro não tinha problemas no País; depois, a ideia de que, baseada na própria índole do povo, não havia distinções raciais entre os brasileiros. Além disto, também foi anunciada a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistintas e, igualmente, acessíveis a todos, bem como a ideia de que o negro estava satisfeito com sua condição social e estilo de vida e, por fim, igualmente foi divulgada a ideia de que não existia, nunca existiu e nunca existiria outro problema de justiça social com referência ao povo negro depois de revogado o estatuto servil pela universalização da cidadania.

A exposição destes argumentos permitiu perceber que houve debates, de longa duração, que envolviam a temática sobre o povo negro sob perspectiva divergente para a compreensão da participação de negro na sociedade brasileira. A partir deste fato, a nossa análise da questão foi feita sob outro prisma, com visão mais crítica sobre a “vida harmoniosa” entre negros escravizados e seus escravizadores relatada na obra “Casa Grande e Senzala”.

Por razões adversas, os fatos levantados em narrativas de pessoas ouvidas em entrevistas para dar base ao trabalho de pesquisa para futura publicação de livro sobre a importância da participação da população negra em Marechal Cândido Rondon, tiveram que ser deixados de lado, armazenados, para serem usados, quem sabe, em momento futuro.

Entre as pessoas ouvidas, destaques especiais para os depoimentos da professora e escritora Udilma Lins Weirich, coordenadora das atividades do centro de pesquisas da Secretaria de Educação da prefeitura rondonense e, Josoé Hahn Pinto enquanto, documentador escolar da Assessoria Pedagógica da mesma secretaria municipal.

O fato de nós três trabalharmos na própria prefeitura facilitou as nossas conversas e ampliou a amizade. Além disto, outro aspecto importante é o fato de que também, os três têm ascendência negra, reforçando em nós a solidariedade quando se tratava de assunto relativo à população negra.

Foi por meio desta amizade e conhecimento da Lei 10.639/03 que foi cogitada a ideia de propagação de manifestações públicas, no município de Marechal Cândido Rondon-PR, com referência ao povo negro. A ideia de outrora vingou e são estas ações e manifestações, que vem sendo realizadas desde 2008 e que se tornou fonte de pesquisa para as análises contidas nesta dissertação.

Metodologia interdisciplinar, envolvendo as áreas de Direito, Sociologia, Geografia, Pedagogia, Letras e História, embasa o estudo. Já para as análises, serviram como fontes, o Estatuto da Organização Étnica Racial Nagô (OERAN) de Marechal Cândido Rondon, o Estatuto da Igualdade Racial, Cadernos Temáticos da Educação do Estado do Paraná: História e cultura afro-brasileira e africana, lei 10.639/03 e, requerimento apresentado na Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Também foram aproveitadas informações veiculadas em jornais locais e regionais noticiando manifestações e eventos sobre o tema afro, inclusive, imagens de registros fotográficos, sites de organizações, entidades e movimentos sociais negros do Brasil.

Foi considerada a teoria dos movimentos sociais como meio de se perceber manifestações com o interesse de se construir, em Marechal Cândido Rondon, um movimento social negro. De semelhante modo, foi levado em consideração o conceito da interdisciplinaridade como referência para a prática de manifestações.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro destaca a presença do negro e o movimento social negro no Brasil. Nele, as análises foram subdivididas em quatro tópicos, obedecendo, pela ordem, à contextualização histórica da vinda dos africanos negros, dispersão no território brasileiro visando ao aproveitamento da mão-de-obra no regime de escravidão; a resistência e a união coletiva dos escravizados e a formação de quilombos; informações e reflexões de especialistas sobre os movimentos sociais como referências para as construções coletivas e, abordagens referentes ao contexto histórico dos movimentos sociais negros no Brasil e a influência para a construção de novas ações de lutas do povo negro.

No segundo capítulo, é apresentada e analisada a lei 10.639/03. As abordagens são apresentadas através de três tópicos: informações e reflexões referentes ao processo de construção da lei, conflitos e divergências antes e depois da aprovação; benefícios para a inclusão e a discussão da temática dos negros nas instâncias educacionais; análises abordando a metodologia utilizada pelo Estado do Paraná para a aplicação da lei e resultados dela em Marechal Cândido Rondon; apresentação das possibilidades da interdisciplinaridade nas práticas realizadas no 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em Marechal Cândido Rondon.

No terceiro e último capítulo, foi contemplada a expressão de experiências para a construção de movimento negro, com destaque para as manifestações que ocorrem em Marechal Cândido Rondon em razão da citada lei. A abordagem foi feita considerando três subtemas, a saber: seminário de mobilização no Dia Nacional da Consciência Negra, fórum sobre a população negra na luta pelo fim da desigualdade e aspectos envolvendo manifestações.

As abordagens foram feitas sob a ótica de duas perspectivas: registro de ações e manifestações em Marechal Cândido Rondon a partir da lei 10.639/03 e a análise delas com vistas à expressão da construção de movimento negro no Município. As análises em tela estão abertas a questionamentos e, principalmente, que são flexíveis, estando, destarte, igualmente abertas a mudanças, permitindo novas formas de interpretações, já que julgamos que o importante na busca do conhecimento é o confronto com a novidade e parafraseando Carlos Pimenta (2008, p.72) “[...] são necessárias modéstias, predisposição e liberdade intelectual” para que assim este estudo seja também uma contribuição para o conhecimento.

1 OS NEGROS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A Lei 10.639/03 bem como as manifestações influenciadas por esta tem ressonância com a história vivida pela população negra existente no Brasil, todavia torna-se necessário fazer alguns apontamentos históricos para compreender o contexto geral desta temática.

A historiografia brasileira apresenta estudos contendo informações e dados referentes ao deslocamento de africanos negros de sua terra natal para serem utilizados como mão-de-obra no sistema de trabalho escravocrata no início da formação do território brasileiro. Ela também apresenta registros sobre iniciativas contra a escravidão negra, via unidade social, com a formação de quilombos. Estudiosos e especialistas relatam a existência de movimentos sociais negros organizados com a formação da república brasileira.

Nesta perspectiva as abordagens, neste capítulo se reportam primeiramente ao contexto histórico sobre a vinda forçada dos africanos negros para a mão de obra no sistema do trabalho escravista no Brasil. As primeiras formas de resistência e da luta contra este sistema baseadas na coletividade como a formação de quilombos. Na sequência foram realizadas análises teóricas sobre o que é movimento social e sua função.

Também observadas informações e reflexões sobre os principais movimentos sociais negros organizados após a abolição da escravatura. Na mesma perspectiva foi discutido o surgimento da lei 10.639/03, que além de inserir novo conteúdo de ensino nos espaços de formação educacional, possibilita romper fronteiras que impedem propagar o reconhecimento da participação do negro na formação da sociedade brasileira. A Lei pode ser vista como meio que estabelece e define o direito à manutenção dos combates que o negro desenvolve ao longo da história.

Deve-se considerar que a importância desta Lei não surgiu apenas para inserir novo conteúdo de ensino nos espaços de formação educacional. Mas também, sendo praticada, influencia no fortalecimento do combate à desigualdade social e racial no Brasil e descortina, principalmente no âmbito de formação educacional, temas que por muitas vezes deixam de propagar o reconhecimento da participação efetiva do negro na formação da sociedade brasileira. Portanto trabalhar, o que a Lei 10.639/03 cobra tem este significado, ou seja, a manutenção das lutas contra a opressão que o negro vem praticando ao longo da história da sociedade brasileira.

1.1 OS NEGROS E A DISPERSÃO PELO BRASIL

Dados relativos à quantidade de africanos negros que compulsoriamente chegaram ao Brasil onde foram submetidos à condição de escravos nem sempre são unânimes. Há indícios de que foram milhões.

Segundo narrado no livro “Nasce Um Povo”, de Michel Bergmann (1978), a participação do africano na formação da sociedade brasileira se confunde com o tráfico escravista a partir do início da ocupação portuguesa até o enfraquecimento do tráfico nos anos de 1850 e, por fim, com a abolição da escravidão, em 1888.

De acordo com Bergmann (1978, p. 24), os primeiros africanos vieram de diversos pontos da costa ocidental da África, controlada por Portugal, com a maioria oriunda da região situada entre a ilha de São Tomé e Angola. O autor ressalva que não se sabe com certeza a data exata em que os primeiros africanos foram introduzidos ao Brasil. Isto poderia ter acontecido entre os anos de 1516 e 1526, quando foram feitas as primeiras tentativas de se fabricar açúcar no Brasil, conforme informações citadas por M. Goulart (BERGMANN, 1978, p. 95).

Para Bergmann (1978, p. 23), também é possível que tenha havido escravos a bordo das embarcações pioneiras de Cabral, já que Portugal mantinha tráfico negreiro desde o século XV e praticava a escravidão de africanos em seu próprio território.

Estas informações, e mesmo que se apresentam como hipóteses para a definição de uma data específica sobre a vinda dos primeiros africanos negros escravizados para o Brasil, demonstram que antes mesmo da ocupação portuguesa no “novo mundo” já se praticava a escravização do africano negro no próprio território português.

O jornalista e historiador Clóvis Moura (1989, p. 7) no livro “História do Negro Brasileiro”, aponta que, por volta de 1549, o primeiro contingente de africanos foi desembarcado em São Vicente, em São Paulo. D. João III teria concedido autorização para que cada colono importasse até 120 africanos para trabalharem em suas propriedades. Estes dados também são retratados nas informações de Bergmann (1978), que se baseia nas análises de M. Goulart, que cita alvará da regente Dona Catarina, datado em 1559, autorizando a vinda de africanos. Este documento continha as seguintes informações:

Por fazer mercê as pessoas que teem feitos engenhos daçucares nas terras do Brasil, e aos que ao diante os fizeram, que elles posão mandar resgatar ao rio e resgatar

do conguó e trazer de laa para cada hu dos ditos engenhos até cento e vinte pesas de escravos resguatadados à sua custa (BERGMANN, 1978, p.24).

As informações deixam transparecer a escassez de mão-de-obra na nova terra, aparecendo como solução, a busca de africanos para serem escravizados no intuito de dinamizarem o desenvolvimento da produção açucareira. O limite inicial de 120 africanos por propriedade foi ampliado à medida que ocorria a expansão da atividade de produzir açúcar, demandando, por consequência, maior número de pessoas para executarem o trabalho.

No entendimento de Clóvis Moura (1989, p. 9), para avaliar o crescimento da nova colônia portuguesa é preciso considerar a entrada permanente e cada vez maior de africanos no Brasil Colônia. Conforme estimativas, em 1586 a população do Brasil era de cerca de 57.000 pessoas, das quais, 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Todavia, dever-se observar que a quantia destacada sobre os índios pode ser referente a localidade específica onde foi feita a estimativa, tendo em vista que segundo dados históricos, no território brasileiro havia milhões de indígenas. Entretanto, em referência aos africanos negros, fontes demonstram que a quantia aumentava.

Nina Rodrigues (1982, p. 15), num dos primeiros trabalhos sobre a procedência africana dos negros no Brasil, expõe no livro “Os Africanos no Brasil” que o número de africanos e descendentes em 1798 ultrapassou a 1.900.000, considerando cálculos de Santa Apolônia. Em 1818, ainda de acordo com ele, que se baseou em dados de Balbi, o número de negros no Brasil superou 2.515.000.

Números parecidos são apresentados por Clóvis Moura (1989). Segundo ele, em 1817-1818, seguindo estimativas de Veloso de Oliveira, no Brasil havia um total de 3.817.000 habitantes, sendo que 1.930.000 eram escravos. Destes, 202.000 eram pardos e, 1.361.000, negros. A população de negros e pardos livres chegou a 585.000 (MOURA, 1989, p. 9).

Em conformidade com dados levantados pelo pesquisador Michel Bergmann (1978), o total geral de africanos negros e descendentes no Brasil, nos três períodos do processo de intensificação do tráfico negreiro, chegou a cerca de 3.600.000 pessoas.

Quadro 02 - Divisão da Quantia de Africanos e seus Descendentes por Período

580 000	(do início da ocupação até 1700)
1 891 400	(de 1700 até 1810)
1 145 000	(de 1810 até 1857)
TOTAL	3 616 000

Fonte: Bergmann (1978, p.38)

Os números indicados por Bergmann (1978), Moura (1989) e Rodrigues (1982) são estimativas que sendo analisados e comparados divergem. Portanto, os números não são referências fidedignas que indicam a quantia real, pode ser aproximada. A quantia poderia ser menor ou maior.

As mudanças da produção econômica do Brasil colonial geraram a demanda cada vez maior de mão-de-obra. Conforme Moura (1989, p. 9), o século XVIII, citando o historiador Pandiá Calógeras, foi o que registrou a maior importação de africanos, com a média tendo chegado a 55.000 pessoas por ano. A massa populacional negro-africana, embora tenha se concentrando especialmente na região nordestina do País, vai se espalhando por todo o território nacional.

O sistema escravagista, que era legalizado em todo território nacional brasileiro, impulsionou a distribuição do negro escravizado para trabalhar em diversas partes do Brasil. A dispersão, conforme destaca Clóvis Moura (1989, p.11), valendo-se de dados estatísticos de Veloso de Oliveira e registros de Calógeras, se apresentou em 1819, da seguinte forma como mostra o quadro 03.

Quadro 03 - Dados da população negra livre e escravizada no Brasil em 1819

Províncias	Livres	Escravos	Total	% de escravos
Amazonas	13 310	6 000	19 350	31,6
Pará	90 901	33 000	123 901	26,6
Maranhão	66 668	133 332	200 000	66,6
Piauí	48 321	12 405	60 726	20,3
Ceará	145 731	55 432	201 170	27,6
Rio Grande do Norte	61 812	9 109	70 921	12,8
Paraíba	79 725	16 723	96 448	17,4
Pernambuco	273 832	97 633	371 455	26,3
Alagoas	69 094	42 879	111 973	38,3
Sergipe	88 783	26 213	141 996	22,8
Bahia	330 649	147 263	477 912	30,8
Espírito Santo	52 573	20 272	72 845	27,7
Rio de Janeiro e a corte	363 940	146 060	510 000	23,4
São Paulo	160 656	77 667	238 323	32,6
Paraná	49 251	10 191	59 442	17,2
Santa Catarina	34 859	9 172	44 031	21,9
Rio Grande do Sul	63 927	28 253	92 180	30,7

Minas Gerais	463 342	168 543	631 885	26,9
Goiás	36 368	26 800	63 168	42,5
Mato Grosso	23 216	14 180	37 396	38,6
Fonte: RAMOS, Artur. Introdução à antropologia brasileira. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1943.				

Fonte: Clóvis Moura (1989, p.11).

Conforme os dados, em 1819, realmente, a maior percentagem da população negra, livre ou escravizada, se encontrava nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o Maranhão, onde era alta a quantia de pessoas escravizadas em referência a população local. Elevada porcentagem de negros escravos também foi registrada, pela ordem, nos Estados de Goiás e Mato Grosso. No que se refere à presença geral de pessoas negras, destacam-se os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Neles, se encontravam cerca de 50% da população negra, totalizando 1.619.797 pessoas. Na Região Sul, nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o total chegou a 195.653 negros. Destes, 59.442 estavam no Paraná, representando 17,2% da população geral.

Sobre o contingente de pessoas negras no início do século XIX no Paraná, o professor e jornalista Emerson Castro (2015) comenta, na apresentação do livro *Paraná Preto*, de autoria de Aline Reis e Maria Carolina Scherner, que Auguste de Saint-Hilaire passou pela região e confirmou a existência de uma maioria negra em Paranaguá (considerando-se os libertos e os escravos) e número idêntico em Curitiba.

Reis e Scherner (2015, p.16) destacam que a descoberta de ouro em Paranaguá, por volta de 1646, desencadeou o processo de escravidão no Paraná, já que a mão-de-obra negra era utilizada nos trabalhos de mineração. Segundo as autoras do livro *Paraná Preto*, o número de negros livres e escravizados no Paraná em 1866 representava a estimativa de 12% da população do Estado.

Para viabilizar a extração de riquezas naturais e, por conseguinte, o desenvolvimento do País, optou-se pela mão-de-obra, encontrada na África, de onde foram buscadas milhões de pessoas para trabalharem na condição de escravos no Brasil. O fato fez com que o negro se tornasse parte integrante da ocupação e do desenvolvimento do País.

A dispersão geral do africano negro, escravizado ou livre, pelo Brasil, fez com que a presença dele ocorresse em todas as regiões, sendo agente vivo e importante da história brasileira, contribuindo para a construção da sociedade. Segundo Valente (1997, p.22) muitos dos negros escravizados eram originários de povos africanos de cultura agrícola; outros

sabiam trabalhar o bronze, o cobre, o ouro e a madeira. Houve, também, os que eram tecelões, ferreiros e criavam animais domesticados.

Estes conhecimentos e técnicas laborais, por muitas vezes vieram juntamente com o africano negro e eram aproveitados pelo escravizador no desenvolvimento do ambiente de trabalho. Portanto, mesmo que o tráfico dos africanos negros tivesse, em parte, a perspectiva mercantilista no ganho da venda de pessoas, deve-se notar que as qualificações deles corroboraram a necessidade da busca do negro, que se tornou peça fundamental para a manutenção do trabalho que foi desenvolvido no início da formação do território brasileiro.

Não foi, no entanto, apenas através do trabalho que os africanos negros contribuíram para que o Brasil chegasse a ser o que é atualmente. Segundo Clóvis Moura (1989, p.7), eles replasmaram, em terras brasileiras, os seus padrões culturais, se autopreservando em grande parte, da opressão do sistema escravista. Por causa de necessidades, muitas vezes, adotaram a estratégia de se autopreservarem, aderindo, em parte, à cultura do escravizador. Seguiram a prática cultural do opressor para manter viva a chama da resistência, fundamentando a luta contra as mazelas do sistema explorador.

Valente (1997, p.27) destaca que:

[...] a adesão ao catolicismo foi uma das maneiras encontradas pelos negros que permitiu que fossem criadas diversas irmandades religiosas de negros. Essas irmandades desempenharam importante papel de resistência cultural e de solidariedade étnica do grupo negro. Essa adesão ao catolicismo nem sempre foi completa. Como era impossível para os negros preservarem a sua religião sem sofrer castigos, esconderam seus orixás 'atrás' das imagens dos santos católicos. Às vistas dos senhores seguia os rituais da Igreja Católica, mas mantinham resguardadas as crenças e os seus próprios valores de fé.

São informações que revelam que a relação entre o escravizador e o escravizado forçou o último a criar meios para sobreviver, enfrentando o sistema escravocrata. Enquanto que para o “senhor”, o negro era apenas peça do mecanismo de trabalho e da economia, para ele havia a necessidade de se valer de estratégias que possibilitassem a sua sobrevivência, além de criar meios de resistências contra o sistema de opressão, permitindo, muitas vezes, a formação de união e de coletividade.

1.2 RESISTÊNCIAS: CONSTRUÇÃO DE UNIÃO E COLETIVIDADE

Diversas foram as estratégias de adesão e métodos de enfrentamento empregados pelos negros visando à sobrevivência. No livro “Quilombos: resistência ao escravismo”, Clóvis Moura (1993, p. 14) expõe que os negros escravizados utilizavam meios de lutas como

o assassinato de senhores, de feitores, de capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas, tendo no quilombo a unidade básica de resistência.

Pesquisadores e especialistas que analisaram os métodos de reação do negro no período escravocrata asseguram que o sistema de quilombagem foi um dos principais meios de união e de cunho coletivo dos negros. Para Valente (1997, p. 27), as formas de resistências negras mais significativas foram a revolta, a fuga e a formação de aldeamentos, chamados “quilombolas”. Os quilombos foram estabelecidos em locais de difícil acesso e existiram em grande número durante todo o período da escravidão no Brasil. Clóvis Moura (1989, p. 22), no livro “História do Negro Brasileiro”, esclarece que:

[...] por quilombagem entendemos o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudanças social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

A prática de relutância pode ser analisada sob a perspectiva de iniciativa primária de organização de um povo que lutava contra o sistema escravista, percebendo que as ações ajudaram a criar a coletividade dos negros em espaço em que poderiam se autopreservar das crueldades do sistema escravagista. A vivência de negros em quilombos contrariou a ordem e o mando dos senhores, demonstrando a capacidade deles em criarem meios de sobreviver paralelamente ao sistema ao qual eram sujeitos.

Diversos foram os grupos organizados por meio da quilombagem em todo o Brasil⁷. Destaque para o Quilombo de Palmares, que existiu por mais de meio século. Nina Rodrigues (1982, p. 71), expõe que alguns historiadores fixam a data precisa de 1630 para o início dos quilombos constitutivos do Palmares, apontando a extinção para o ano de 1697. O espaço de convivência coletiva sem o mando e a autoridade da ordem que escravizava o negro foi um exemplo de organização e permitiu a possibilidade de reação e de luta de africanos negros e descendentes durante o sistema escravista.

Rodrigues (1982, p.74), baseando-se em manuscritos da época que tratavam sobre a estrutura organizacional do espaço onde estava situado o Quilombo dos Palmares, informa que na atualidade faria parte do Estado Alagoas.

⁷Clóvis Moura (1989, p. 26-30) no livro “História do Negro Brasileiro” destaca os nomes e as localidades dos principais quilombos que existiram em todo território brasileiro. O número ultrapassa mais de 130 comunidades.

Distribuíam os diferentes Palmares por uma extensão de mais de 6 léguas, em vasta zona de palmeiras que cortada de outras matas corre, ao longo da terra das Barrigas, da parte superior do rio São Francisco, quase de norte a sul, até o sertão de Santo Agostinho. Ao noroeste estava o mocambo do Zumbi, 16 léguas de Porto Calvo, ao norte deste, distância de 5 léguas, o de Arutirene, a leste o das Tabocas, e a 14 léguas deste o de Dambrubanga, e ao norte deste, a 8 léguas, a cerca de Subupira; desta a 6 léguas a oeste, o mocambo do Osengá; a 9 léguas de Serinhaém para o noroeste, o Palmares de Antalaquituxe, irmão de Zumbi; a 25 léguas deste o de Aqaltune. [...] Macaco era então a cidade real, a capital da federação. Tinha para mais de 1.500 casas e era fortificada de um cerco de pau-a-pique e de fojos e estrepes de ferro. [...] A segunda cidade era Subupira, com mais de 800 casas. Também estava cercada de fojos e estrepes protetores. As outras cidades eram muito diferentes de importância; todas, porém, mais ou menos fortificadas. Este Estado negro que nos recessos das brenhas assim se constituía e fortalecera, tinha tido começos mais modestos em diminuta reunião de escravos fugidos, que aumentando de número com o tempo tiveram de raptar as mulheres de que careciam; pois eram menos aptas a fugir dos engenhos e fazendas do que os homens. Crescia assim, todavia, a nação negra que, dando-se a mais e mais agricultura, passou a estreitar com os vizinhos, a cujo respeito já se impunha pelo número, relações comerciais em que, como em África, os produtos extrativos se permutavam com os artigos industriais, sobretudo armas e munições⁸.

Estrutura social bastante organizada foi constituída pelos negros que resistiram à escravidão e fugiram dos locais de opressão. O Quilombo de Palmares foi formado por diversos quilombos, estabelecidos em 10 locais distintos. Segundo informações, o número de casas presentes na cidade real de Macaco e de Subupira chegou a 2.300. Em todo o Palmares, o número foi bem superior. Muitas pessoas viveram nestas localidades. Moura (1993, p. 43) afirma que Palmares chegou a ter entre 20.000 a 25.000 habitantes, população que, em nível de povoamento da época e da região, era desafiadora para o sistema escravista.

O sistema de quilombagem, sinônimo de oposição ao trabalho forçado, gerou comunidades livres em pleno período da escravidão durante a ocupação portuguesa do território brasileiro. O sistema de enfrentamento, para especialistas e estudiosos, se configura na vanguarda da luta pela liberdade dos negros escravizados em terras brasileiras. Na compreensão de Michel Bergmann (1978, p. 59), os quilombos foram os primeiros movimentos em prol de maior liberdade no Brasil, atuando contra a classe dominante e, segundo ele, merecem lugar de destaque entre os esforços e movimentos em favor do Brasil livre, igualitário e independente.

O embate praticado pelos negros nos quilombos foi método de resistência hoje reconhecido por coletivos organizados e movimentos sociais negros como exemplo de luta por maior igualdade social, beneficiando, por extensão, a todos os brasileiros. A referência é

⁸Estes dados também estão presentes no livro *Quilombos: resistência ao escravismo* de Clóvis Moura (1993). As informações segundo o autor foram apresentadas por Edson Carneiro e aproveitadas em sua pesquisa. As nomenclaturas das cidades apresentadas por Edison Carneiro às vezes se diverge o converge em referência às apresentadas por Nina Rodrigues. Contudo a localização e dispersão dos quilombos se confirmam.

registrada e lembrada atualmente quando da passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, que serve para reflexão sobre a data da morte do líder negro, Zumbi dos Palmares, que morreu lutando pela liberdade.

Emílio Gonzalez (2012, p. 92), analisando experiências referentes ao Dia Nacional da Consciência Negra realizadas em sala de aula e atividades extracurriculares em 2009 e 2011 na UTFPR em Campo Mourão (PR), produziu estudo denominado Consciência Negra, Práticas Culturais e Identidades Sociais no Ensino de História. Nele, assegura que o dia 20 de novembro faz referência direta à morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, em 1695, quando lutava contra o sistema escravista luso-brasileiro.

O Dia Nacional da Consciência Negra traz, no contexto histórico, o destaque do Zumbi dos Palmares e, a partir dele, a referência ao embate dos negros que resistiram ao jugo da escravização no Brasil. Para muitos, o combate dos quilombolas são razões de suporte para o sistema democrático brasileiro da atualidade, que preza pela liberdade incondicional para todas as pessoas.

No livro “25 anos:1980-2005: movimento negro no Brasil”, publicado por Januário Garcia (2008), há registros fotográficos, análises, informações e reflexões de autores negros descendentes que se prontificaram em escrever a retrospectiva histórica do movimento negro. Num dos registros, chamado de “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”, de autoria de Vanda Menezes (2008), há breve histórico sobre a construção da data simbólica do Dia Nacional da Consciência Negra. Menezes (2008, p.45) escreve que,

[...] em abril de 1980, militantes negros, intelectuais e funcionários da Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, fizeram a retomada da Serra da Barriga e firmaram bases para a fundação do Memorial Zumbi, criado em 20 de novembro daquele ano, dia da morte de Zumbi dos Palmares. Os descendentes de Zumbi viveram aquele momento com firmeza dos que descendem de heróis e dos que sabem o que é a liberdade. Zumbi dos Palmares teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis do Panteão da Pátria, em 21 de março de 1997. No Dia da Consciência Negra, União dos Palmares é palco da entrega da comenda Zumbi dos Palmares, pelo Governo de Alagoas. Nesses 25 anos muito se fez para que Zumbi e seus guerreiros e guerreiras fossem reconhecidos nacional e internacionalmente.

O Dia Nacional da Consciência Negra tem a finalidade de relembrar a importância de Zumbi dos Palmares, motivando a reflexão sobre sua morte, exemplo da luta da população negra contra o sistema de escravidão. A luta dele foi por liberdade e por isto, a autora apresenta a prática de Zumbi dos Palmares em escala de igualdade com todos os demais heróis que lutaram pela liberdade do ser humano e, principalmente, pela igualdade de condições de viver em sociedade.

Durante a vigência da escravização do negro não houve só a persistência da prática da quilombagem. Outros meios foram utilizados para enfraquecer o sistema servil. Revoltas de escravos⁹ e influências externas contribuíram para que a escravidão perdesse força no Brasil.

Valente (1997, p. 28) diz que houve restrição da Inglaterra aos navios negreiros portugueses fora das colônias de Portugal em 1810. A extinção do tráfico do africano negro para escravização nas colônias inglesas ocorreu em 1833. Em 1845, o parlamento inglês aprovou a lei Bill Aberdeen¹⁰, que considerou o tráfico de pessoas como prática de pirataria, passível de ser julgada como crime e sujeito à repressão em qualquer nação, independentemente de acordo entre os países.

A lei, contudo, era burlada pelos escravocratas brasileiros. Parte de lideranças brasileiras queria manter o trabalho escravo. Valente (1997, p. 29) acrescenta que a Inglaterra do século XIX viu o sistema escravista como empecilho aos seus interesses econômicos, já baseados no sistema capitalista. Por isto, vários tratados foram assinados para acabar com o tráfico negreiro. A pressão interna das revoltas dos negros escravizados, aliada às ações externas, forçaram as lideranças governamentais brasileiras a criarem leis que acabaram proibindo o sistema escravista no Brasil, levando-o à extinção alguns anos depois.

A partir da metade do século XIX foram sancionadas leis que condenaram o comércio de africanos. No Brasil, elas foram decisivas para a derrocada do trabalho servil. Valente (1997, p. 29) explica que

[...] o golpe decisivo contra este comércio foi dado apenas em 1850, quando foi sancionada a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de africanos e punia severamente os traficantes. [...] O envio de escravos para lutar na Guerra do Paraguai (1865-1870), que resultou no extermínio de milhares de negros. Em 1871, a Lei do Ventre Livre previa que os filhos de escravos nascidos a partir da data eram livres, porém, a mãe continuava sendo propriedade de outra pessoa. Em 1885, a Lei dos Sexagenários libertava os escravos com mais de 60 anos. E, por fim, em 1888, a Lei Áurea, aboliu o sistema de escravidão do território brasileiro.

A abolição da escravatura no Brasil ocorreu após cerca de 300 anos, considerando que as primeiras levas de negros africanos ao País chegaram em 1559, segundo consta do alvará emitido pela regente Dona Catarina, apresentado por Michel Bergmann (1978, p. 24).

A abolição veio como aspecto legal para trazer o fim do período que os escravizadores, por meio de leis oficiais, livremente subjugavam os africanos negros e seus descendentes para manter seus privilégios. Entretanto a lei Áurea de 1888 poderia ser a

⁹Ver Nina Rodrigues no livro *Os Africanos no Brasil* (6. ed.1982) - capítulo II *Os negros maometanos no Brasil*. Trata sobre a revolta dos Malês ocorrida na Bahia entre os anos de 1807 e 1835.

¹⁰ORLANDO, Luiz. **A verdade sobre a Bill Aberdeen**. Disponível em: <<http://www.historiasemlimites.com.br/index.php/brasil/imperio/40-billaberdeem5>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

referência máxima da conquista da liberdade dos brasileiros, indiferente da cor de sua pele, mas com efeito maior a parcela dos africanos e seus descendentes que de fato era quem mais precisava da abolição, se porventura estes tivessem tido amparos para sobreviver no novo sistema de convivência que a lei veio permitir.

O sistema escravista havia perdido força, pois já estava desgastado e o Brasil era o único país nas Américas que mantinha ainda oficial escravidão de pessoas. Em 1888 quando da aprovação da lei que trouxe a abolição, inicia um novo período de relações sociais no Brasil que escancarava a grande lacuna de desigualdade entre o recém liberto e os que lhes privavam da liberdade. Os negros saíram do sistema escravista marginalizados e com poucas opções para enfrentar a nova realidade que viveria a sociedade brasileira. Estudiosos e especialistas que tratam sobre este período relatam esta situação.

Na obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classe: o legado da raça branca – vol. I”, Florestan Fernandes (1978, p. 20) acentua que,

A sociedade brasileira, naquele momento, largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Este era um sério problema para os negros pós a emissão da lei Áurea, pois teriam que por conta própria descobrir meios para sobreviver e enfrentar o novo sistema vigente. A ação que promoveu a oficialização da Lei Áurea seria um ato de justiça plena se porventura tivesse finalizado ou diminuído a desigualdade econômica e social construída primordialmente durante o sistema escravista, e que o negro teve que enfrentar. Além disso, tivesse também erradicado as mazelas e resquícios da marginalização imposta ao negro e seus descendentes. Tivesse também condenado os estereótipos que incentivam o preconceito e discriminação de cor e raça que se manteve pós-abolição e que por muitas vezes estão presentes ainda na convivência da sociedade brasileira.

Célia Maria Marinho de Azevedo (2008, p. 28) na obra “Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX” descreve a situação do negro na vigência da problemática da transição do escravismo para o trabalho livre. Ela assevera que,

Na cor de sua pele, nos seus traços físicos, nos seus cabelos, os negros livres já de muitas gerações, mesmo miscigenados, freqüentemente traziam impressas as suas origens africanas, as marcas de seus antepassados escravos, e assim ficavam entregues à possibilidades de serem tratados com desprezos e violência.

O negro, com a abolição, enquanto aspecto legal se viu livre do trabalho escravo, mas, continuava preso a estigmas e à marginalização. Ele foi o agente explorado pelo sistema e carregava isto com ele. Livre da escravização teria agora pela frente que adentrar ao novo sistema de vida, no qual era dono de si.

Florestan Fernandes (1978, p.07) no livro “Integração do Negro na Sociedade de Classe: no limiar de uma nova era - vol. II” aborda o surgimento dos movimentos sociais entre os negros na cidade de São Paulo no início do período republicano e anuncia que houve dilema na absorção da população de cor às formas de vida social organizada imperante na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono em que vivia a maior parte da população, dificultou as coisas para os recém-libertos, que precisaram se qualificar e adaptar para combater e superar o novo sistema ao qual se viram expostos após a libertação.

Fernandes (1978, p.7) torna público que persistiu o dilema do preconceito de cor. A associação entre cor e posição social foi prejudicial, especialmente para quem tinha sido submetido à escravidão. Em outras palavras, o negro, muitas vezes, foi excluído da condição de “gente”, seja durante ou após o término da escravidão.

O problema da desigualdade e da segregação social criada no sistema escravista perdurou. A realidade vivida pelos negros no novo sistema mantinha-os, basicamente, nas mesmas condições de pobreza e de dificuldades de antes, impedindo-os a integrarem a competitiva e desumana sociedade. Para os negros, a situação de perseguição de antes não poderia perdurar. A questão era prejudicial, inclusive para quem precisava da mão-de-obra dos ex-escravos para manterem as suas atividades econômicas. O negro, por sua vez, precisava trabalhar para se alimentar e prosperar. Um dependia diretamente do outro, mas, agora, em outro nível.

Nesta situação as manifestações começaram então aparecer. Florestan (1978, p. 10) frisa que,

A inquietação, que começa a ganhar corpo pelos fins da *I Grande Guerra*, e os movimentos sociais, que se esboçam a partir da segunda década deste século, marcam o início da participação do negro e do mulato, como e enquanto tais, na história moderna da cidade. Aos poucos, a situação de miséria, o tratamento diferencial e o isolamento irão provocar um doloroso processo de auto-afirmação e de protesto, que projetará o “homem de cor” no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias.

Os protestos do negro no novo sistema de convivência não se distanciaram da luta e da resistência histórica do período escravagista, já que os objetivos nas duas ocasiões, antes e agora, foram a busca de melhores condições de vida. As manifestações deste momento,

porém, aconteciam sob as luzes do período republicano, pautado pela convivência de liberdade que permitia a realização aberta de manifestações e movimentos sociais negros organizados. Tanto quanto antes, quando da escravidão, com a vida nos quilombos, quanto agora no período republicano, o povo negro mostrou força, determinação, perseverança e esperança em conquistar o espaço que lhe cabe, por direito adquirido com muito trabalho e participação, no crescimento do Brasil. A ação dos movimentos sociais esteve amparada na perspectiva de provocar mudanças, reivindicar direitos sociais, cobrar transformações para melhorar a qualidade vida, criar unidade coletiva e gerar melhorias para os grupos sociais.

1.3 MOVIMENTO SOCIAL: REFERÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS

Estudos apresentam gama de conceitos e significados para movimentos sociais. Em sites para pesquisas didáticas, o termo, na maioria das vezes, define que o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme valores e ideologias de parte de determinada sociedade em contexto específico, permeados por tensões sociais¹¹. As informações semânticas do conceito de movimento social ainda que apresentem características didáticas, permitem perceber que um movimento social pode ser identificado por meio de ações coletivas que objetivam a manutenção, mudança, inovação ou a criação de uma ordem social.

Da mesma maneira, elas também possibilitam notar que na ação de um movimento social, muitas vezes, a finalidade visa a demarcar fronteiras, defendendo interesses de um grupo e/ou, também, romper fronteiras, promovendo mudanças de interesses do grupo. Especialistas e intelectuais que estudam e discorrem sobre conceitos e metodologias de movimentos sociais certificam que as ações de grupos coletivos na sociedade têm características generalizadas.

Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto (2010, p.264), por exemplo, analisando os chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS), alertam para a diferença entre o conceito de movimento social e a mobilização social. Segundo eles,

¹¹Site consultado <http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

Um movimento social caracteriza uma organização com relativo grau de formalidade e de estabilidade que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização, enquanto que a mobilização social remete a uma atividade que se esgota em si mesma, quando concluída.

O conceito de movimento social é definido como prática coletiva social, caracterizando os feitos e as ações de maneira organizada e que perpetue, com certa estabilidade, a possibilidade de alcançar objetivos. Não se deve, todavia, esquecer que movimento social e mobilização social caminham juntos. Movimento social ocorre via mobilização social. Um alimenta o outro e vice-versa. Assim, para surgir e para perpetuar a manutenção de movimento social há a necessidade de constantes e permanentes mobilizações.

Maria da Glória Gohn (1997), após pesquisar e realizar estudos sobre a temática dos movimentos sociais elaborou sequência de fases que podem ser observadas num movimento social. Para ela, a materialização de um movimento social, na maioria das vezes, segue alguns procedimentos.

Quadro 04 - Fases de um Movimento Social

1- Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir.
2- Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
3- Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
4- Transformação das demandas em reivindicações.
5- Organização elementar do movimento.
6- Formulação de estratégias.
7- Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.
8- Encaminhamento das reivindicações.
9- Práticas difusas (jornais, conferências, representações etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento e uma comunidade religiosa, por exemplo).
10- Negociação com os opositores ou intermediários por meio dos intelectores.
11- Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Fonte: Maria da Glória Gohn (1997, p. 266).

As fases por ela elencadas são partes importantes para a formulação de movimento social, com algumas delas sendo consideradas premissas de uma mobilização social necessária para a constituição inicial de um movimento social. No início do século XX, com o advento da República, os negros, recém libertos, buscaram integrar-se a sociedade, fato que demandava a organização deles por meio do movimento social capaz de criar a unidade de

luta em torno dos objetivos comuns em busca de melhorias sociais. As ações para alcançar o objetivo passaram pelas fases da construção dos movimentos sociais.

Há que se frisar que nem todas as fases apresentadas pela autora representam, obrigatoriamente, meios imperativos para a materialização de um movimento social. A própria Maria da Gloria admite que existem várias fases e que elas não são, necessariamente, sequenciais (GOHN, 1997, p. 267).

A constituição de um movimento social exige o estabelecimento e a superação de fases, no entanto, elas não atuam como camisa de força, obrigando o movimento a seguir determinada sequência. Gohn (1997, p. 267) lembra que, na prática, não há linearidade de um esquema racional, porque os movimentos não são puros, autônomos, isolados, autodeterminados.

Movimento social pode ser definido como iniciativa que busca alcançar ou manter objetivos através de constante mutação. Trata-se de movimento social libertário, aberto, contínuo, divergente ou convergente, uma vez que na sua constituição há um coletivo de pessoas. A ressalva que carece ser feita é a de que não se trata de manual pronto para atingir objetivos, já que o que há de comum no coletivo é, justamente, o objetivo comum.

Ilse Scherer Warren (1987, p. 13) defende que se trata da perspectiva correta e adequada para a compreensão e a definição de um movimento social. No entendimento dela, movimento social é composto por grupo de pessoas mais ou menos organizado com liderança ou não, que possui programa, objetivo ou plano comum, baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia, objetivando chegar a fim específico ou mudança social.

No que concerne ao povo negro, os movimentos sociais fomentaram o aparecimento de ações e reações para transpor a fronteira do isolamento existente na sociedade inclusiva. Possibilitou, igualmente, a construção de unidade coletiva de luta, que resultou em mudanças. A reação de reivindicação e de construção das primeiras organizações dos negros foi incorporada pela convivência social logo após a libertação da escravatura. Michel Bergmann (1978, p. 70) revela que,

[...] com a chegada dos imigrantes europeus no início do século XX, a maioria era pobre, vítima do processo da industrialização europeia. Muitos conheciam ou haviam participado dos inícios do movimento sindical. Havia também forte corrente anarquista. Depois de 1920, a influência comunista começou se exercer. Essas correntes de pensamento, com as respectivas organizações, influenciaram pouco a pouco o proletariado negro.

A relação social reforçou a luta em busca de melhores condições da vida para o negro, fato que vinha acontecendo desde o período escravocrata, quando já vinha lutando para

conquistar espaço na sociedade brasileira. Os negros, com seu histórico de luta e convivendo com os imigrantes, perceberam na maneira das organizações sociais, meios para também lutar por sua própria dignidade na nova sociedade, que emergia no Brasil.

Por isto, desencadearam ações com a finalidade de criar a sua coletividade e buscar a inclusão na sociedade, além de, ao mesmo tempo, desconstruírem estereótipos forjados ao longo da história da formação brasileira e que ajudaram a justificar o sistema de escravidão imposto à população negra que foi trazido para o espaço brasileiro. Para criar a coletividade que lhes possibilitasse a inclusão social e que acabasse com as injustiças que mantinham o negro isolado, parcial ou totalmente, da formação da nova sociedade, ocorreram manifestações e ações entre os negros, objetivando a união e a defesa dos interesses comuns.

Nas décadas iniciais do século XX surgiram os primeiros movimentos sociais negros no Brasil, tornando-se exemplos no período republicano. De semelhante maneira, tornaram-se referência para a construção de ações idealizadas e colocadas em prática para acabar ou minimizar as injustiças deflagradas contra o negro no País.

1.4 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL: BASE PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS AÇÕES

Estudos registram e analisam a trajetória dos movimentos negros no Brasil, permitindo demonstrar a importância de ações desencadeadas para fortalecer a luta dele, além de servir de referência para criação de futuras mobilizações e movimentos, inclusive, na atualidade. O caminho de enfrentamento das injustiças praticadas contra o negro no Brasil é longo. A história relata várias formas de resistência para enfrentar os atos praticados contra ele desde início do período escravista. Durante o período da escravidão, o negro lutou pela liberdade; depois, durante o regime republicano, pela inclusão social.

Petrônio Domingues (2007, p. 105), no artigo “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, identifica três fases de organização e de movimentos de resistência da população negra no período republicano. A primeira ocorreu entre 1889-1937, época da Primeira República ao Estado Novo. Nela aconteceu a formação de dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações), mas, foi na década de 1930 que o movimento negro deu um salto qualitativo, quando ocorreu a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB). Pesquisas e estudos comprovam a importância da mencionada frente, que se

destacou em termos de organização e de mobilização em diversos estados brasileiros. Na avaliação de Domingues (2007, p. 106), na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do País. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos Estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), ela arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o movimento negro brasileiro em movimento de massa.

Em 2012, o blog Quilombhoje, comemorando os 71 anos de história da Frente Negra Brasileira, publicou o artigo “Gestando um Projeto Político para o Brasil”, de Márcio Barbosa, contendo registro com informações sobre a trajetória da entidade.

Segundo escreve Barbosa (2012),

[...] a Frente Negra Brasileira tinha projeto político de inclusão, a raça seria um fator de mobilização e coesão, e não de segregação, como vista e sentida no dia a dia. Agindo no sentido de privilegiar a educação, a ação cultural e a participação política baseada no que poderíamos chamar hoje de voto étnico, suprapartidário, a Frente supriu carências imediatas de parte da população negra.

A entidade foi organizada e comandada por negros e para negros com estrutura voltada para a ascensão na sociedade. Representou exemplo de movimento social que alimentou e alimenta novas gerações, visando à busca de melhorias para o povo negro.

Valente (1997, p. 63), ao abordar a resistência negra organizada, destaca que a Frente Negra Brasileira tinha o objetivo de integrar o negro à estrutura de classes. Ela acentua que a entidade estimulava o trabalho, o estudo, a poupança para a compra da casa própria, além de outros valores.



Figura 02 - Crianças Estudando nas Escolas Frente-Negrinhas
Fonte: Barbosa (2015)

A imagem é registro que possibilita perceber que na história do movimento negro houve um entendimento de que as transformações sociais passam, principalmente, pelo chão da escola. Na atualidade, a cobrança da aplicação da lei 10.639/03, que exige a inserção de conteúdos sobre a África, africanos e afro-descendentes nos espaços escolares, se tornou um dos pilares de sustentação de mudanças em referência à história do negro no Brasil.

Informações sobre a Frente Negra Brasileira demonstram que, ao longo da trajetória das mobilizações dos negros houve preocupação entre os próprios negros de buscarem melhorias para seus pares na sociedade, além de servirem de modelo para incentivar novos movimentos na busca de qualidade e de dignidade de vida do negro.

Na escala de tempo definida por Petrônio Domingues, a segunda fase das mobilizações e movimentos organizados pelos negros no Brasil acontece entre 1945 e 1964, da Segunda República à ditadura militar. O citado autor (2007, p.109) lembra que, mesmo com a repressão do período varguista (1935-1945), dois movimentos se destacaram: UHC - União dos Homens de Cor¹² e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que, para muitos pesquisadores e estudiosos, foi um dos grandes exemplos de organização dos movimentos sociais negros no Brasil.

Michael George Hanchard (2001, p. 129), após pesquisar o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1945 e 1988, informa que o TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas, assumiu funções culturais e políticas logo depois de ser criado, desenvolvendo atividades para a desconstrução de estereótipos sobre a população negra, além de, igualmente, promover a conscientização para união da população negra.

Petrônio (p. 109) esclarece que a proposta original foi, realmente, a de constituir grupo teatral apenas com atores negros, mas, progressivamente, o TEN adquiriu caráter mais amplo. Passou a publicar o jornal Quilombo, ofereceu cursos de alfabetização e de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha Mulata e da Boneca de Pixe.

¹²Grupo fundado em Porto Alegre em 1943 e que cinco anos mais tarde se ramificava por mais dez estados da Federação -, em diferentes partes do território nacional através dos periódicos da imprensa negra. Mais detalhes sobre este grupo ver SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor**: os aspectos do movimento negro nos anos 40 e 50. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2015.

Cortesia Elisa Larkín Nascimento



Figura 03 – Arinda Serafim e Marina Gonçalves, co-fundadoras do TEN, ensaiando o papel da “velha nativa” em *O imperador Jones*, de Eugene O’Neill, que estreou no Teatro Municipal (RJ) em 1945.

Fonte: Nascimento (2004, p. 215)

A imagem da encenação teatral retrata um dos principais meios utilizados inicialmente pelo TEN para a valorização e a inserção da população negra na sociedade brasileira. Na revista “Estudos Avançados”, Abdias do Nascimento (2004), fundador do TEN, discorreu sobre a trajetória e os objetivos da entidade fundada no Rio de Janeiro em 1944. Através do artigo “Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões”, Abdias deixou claro que o objetivo primordial do TEN era trabalhar pela valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. O teatro foi a porta de entrada para a cobrança de melhorias para a população negra. Através da atividade artística foi construída, pelos próprios negros, nova realidade sobre eles, valorizando, também, a educação, a cultura e a arte deles.

Petrônio Domingues (2007, p. 111) assegura que a terceira fase da luta do movimento negro do Brasil aconteceu entre 1978 e 2000, do início do processo da redemocratização a República Nova. Para ele, o golpe militar de 1964 representou uma derrota, mesmo que temporária, para a luta política dos negros. Seus militantes foram estigmatizados e acusados pelos militares de criarem problema que, supostamente, não existia: o racismo no Brasil.

Durante grande parte do período militar as ações do movimento negro basicamente pararam. George Reid Andrews (1998, p. 296) no livro “Negros e Brancos em São Paulo” torna público que a orientação da nova ordem social mostrou-se hostil às atividades políticas baseadas nas massas populares quanto ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Petrônio

Domingues (2007, p. 110) é da opinião de que, com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos.

Durante o Estado Novo, de Getúlio Vargas, e, também, durante a ditadura militar, principiada em 1964, o movimento negro sofreu reveses e prejuízos, já que, no primeiro período, a imposição do fim dos partidos desfez a Frente Negra Brasileira e, no segundo, o fim do partidarismo e a repressão sobre os movimentos de massa enfraqueceu e desestabilizou o TEN.

As ações do movimento negro diminuíram, mas não acabaram. Valente (1997, p. 64) frisa que a luta de grupos negros “[...] retraiu-se durante o período militar, assim como outros movimentos políticos. Foi para a clandestinidade. Tudo o que se dizia era ao pé do ouvido..., mesmo assim, com muito cuidado na escolha das palavras”.

A necessidade de líderes se manterem na clandestinidade e o “cuidar” com as palavras por parte da resistência do movimento social negro foram afastadas a partir de 1970. Petrônio Domingues (2007, p. 112) informa que em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), volta à cena política, o movimento negro organizado.

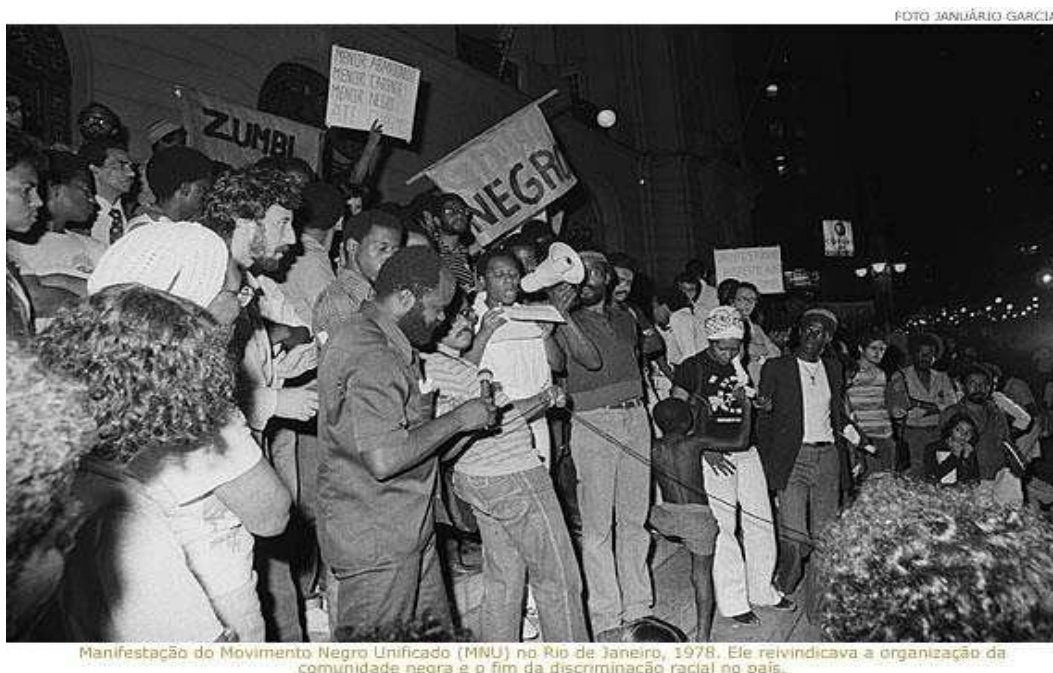


Figura 04– Ato do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro, 1978.

Fonte: Alberti e Pereira (2011).

A figura retrata o registro de mobilizações organizadas pelo Movimento Negro Unificado. Clóvis Moura (1989, p. 78), no livro “História do Negro Brasileiro”, lembra que

em 18 de junho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, manifestantes negros realizaram ato de protesto delatando a violência e o racismo da polícia contra as pessoas negras. Na narrativa sobre o acontecimento, Moura (1989, p. 78) frisa que

[...] naquele momento, o protesto era especificamente por motivo da morte de um jovem negro, devido à tortura na Delegacia de Guaianazes, na capital de São Paulo. Também protestavam contra a expulsão de quatro atletas negros do Clube Regatas Tietês e, por fim, pelo assassinato, por um policial, de um trabalhador negro no bairro paulistano da Lapa.

Durante o ato foi criado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, depois abreviado para Movimento Negro Unificado. O MNU surgiu com o foco de atentar para a realidade sofrida pela população negra. Reivindicou o fim do sistema repressor da ditadura, como expressão na continuidade do enfrentamento contra a violência realizada desde o período do sistema escravocrata. Clóvis Moura (1989, p.79) informa que a partir das referências da luta do MNU, várias outras organizações de militantes surgiram em todo o Brasil, muitas das quais continuam existindo até os dias atuais e lutam pelo fim do racismo e da exploração econômica, social e cultural do negro.

A Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU), além de outras diversas organizações, entidades, grêmios, associações e grupos, lutaram e continuam lutando pela valorização da população negra. São os autores da conquista de muitas melhorias, benefícios e direitos para o negro no Brasil. Significam, igualmente, o sucesso que serve de referência para o incremento de ações para acabar com as injustiças praticadas contra o povo negro.

Desde a instauração da democracia no Brasil, mudanças significativas estão ocorrendo em benefício do negro, resultado de longos anos de lutas e resistência buscando a igualdade de condições de vida e de trabalho de pessoas de outras etnias que fazem o país prosperar.

Dever se considerar que as ações de movimentos como a FNB, o TEN e o MNU, além de outros diversos grupos organizados podem ser consideradas como iniciativas e meios de condições que foram primordialmente importantes para a formulação da lei 10.639/03. As informações contidas no texto desta lei vêm incentivando mudanças voltadas para a valorização da população negra. Na sequência do estudo as análises abordarão esta perspectiva.

2 LEI 10.639/03: RESULTADO DAS LUTAS E BASE PARA NOVAS AÇÕES

Nas últimas três décadas, os negros brasileiros têm conquistado várias leis que vem possibilitando avançar sobre as fronteiras que lhes impediam de terem o reconhecimento dos valores da participação na construção do Brasil.

Reivindicações foram aceitas e passaram a garantir direitos que beneficiam a população negra. É o caso, por exemplo, da lei nº 771.614¹³, instituída em 1989, que estabelece o preconceito racial como ato criminoso. A partir de 2003, através da lei 10.639, as instituições de ensino têm que trabalhar conteúdos contendo dados da história da África e de seus descendentes. Em 2010, através da lei 12.288, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial¹⁴. Em agosto de 2012, foi sancionada a lei 12.711 oficializando as políticas afirmativas, caso do estabelecimento de cotas raciais¹⁵ que beneficiem os negros brasileiros, oportunizando-lhes reserva de vagas em instituições de ensino superior e, em alguns casos, também em concursos nas repartições públicas.

A conquista destas leis tem beneficiado a povo negro sendo que cada uma tem suas particularidades. No entanto estas particularidades têm o mesmo objetivo, ou seja, trazer dignidade, respeito e condições de oportunidade para o negro brasileiro.

A lei 10.639/03 nos últimos tempos tem produzido melhorias para o povo negro brasileiro, pois a aplicação do que pede esta lei passa pela formação de crianças, jovens e adultos que frequentam o ambiente escolar e que no futuro poderão ser os brasileiros com o conhecimento sobre a participação do negro em referência ao desenvolvimento do Brasil.

A prática desta lei pode ser configurada como uma das principais ações, nos últimos tempos, que têm oportunizado aos brasileiros negros e não negros reconhecer a parcela de contribuição deste povo na edificação do Brasil. Todavia pode se questionar como o surgiu esta lei 10.639/03? Quais são as referências para sua construção? Do que especificamente trata? Que resultados têm trazido para a propagação do negro brasileiro? Como a lei influenciou no município de Marechal Cândido Rondon-PR o surgimento de manifestações sobre os negros e sua cultura? No decorrer do próximo capítulo as análises serão tentativas para responder estes questionamentos.

¹³ Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm.

¹⁴ Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010.htm

¹⁵ Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

2.1 SURGIMENTO DA LEI 10.639/03: CONFLITOS E BENEFÍCIOS

As determinações que a lei 10.639/03 estabelece podem também ser vistas em consonância com os movimentos sociais negros desenvolvidos em busca de melhorias e reconhecimento da participação deles no desenvolvimento da sociedade brasileira. A construção dela não aconteceu restrita a um gabinete político. Ela é parte do resultado da mobilização, da discussão e da análise do coletivo negro ao longo da história de manifestações de resistência.

Na obra “Histórias do Movimento Negro no Brasil” (2007) estão registrados relatos de participantes do movimento, bastante atual, diga-se. Uma coletânea de artigos registra depoimentos fornecidos ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), compilados em livro organizado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. No tópico “Lei 10.639/03, História e Cultura Afro-Brasileiras”, constam relatos de Edson Cardoso, que se identificou como chefe de gabinete do deputado federal Ben-Hur Ferreira, do Mato Grosso do Sul, no período de 2000-2003. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 428).

Cardoso (2007) relata que o movimento negro de Pernambuco havia entregue a Humberto Costa¹⁶ projeto introduzindo no currículo escolar, a disciplina de História da África. Ele também menciona que, quando Joaquim Beato foi suplente de senador pelo Espírito Santo (1994-1995), apresentou projeto idêntico para a área da Educação. O mesmo foi feito por outras autoridades nacionais, caso de Paim; Abdias apresentou; e Benedita¹⁷.

Edson Cardoso (2007) assegura que é importante recuperar as citadas iniciativas porque elas mostram que a questão do estudo do continente africano, sua gente, sua cultura, seus costumes, tão presentes no Brasil, trazidos pelos indivíduos que de lá foram “importados para servirem de escravos aqui”, permeiam as ações praticadas no passado para resgatar e salvaguardar a importância deste povo na formação e no crescimento do País. Falar da história

¹⁶ Humberto Sérgio Costa Lima (1957) foi deputado federal na legenda do PT, na legislatura 1995-1999. E ministro da Saúde do governo Lula em 2003-2005.

¹⁷ Paulo Renato Paim na Câmara dos Deputados, atendendo os anseios do movimento negro que estava nas ruas, apresentou o Projeto de Lei nº 678 de 10 de maio de 1988 que estabelecia a inclusão da matéria “História Geral da África e do Negro no Brasil” como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório. Quando senador, Abdias Nascimento, liderança do movimento negro nacional, apresentou o Projeto de lei do Senado (PLS) nº 75 de 24 de abril de 1997, que dispunha sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio isonomia social do negro e incluía no ensino dos idiomas estrangeiros, em regime opcional, as línguas ioruba e kiswahili. A senadora Benedita da Silva apresentou o (PLS) nº 18, de 22 de fevereiro de 1995, que incluía a disciplina “História e Cultura da África” nos currículos (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 429).

da África, de cultura afro-brasileira não é coisa de uma pessoa ou de poucos, é, sim, ação feita por várias gerações do movimento realizado em prol do reconhecimento do valor do negro desde os primórdios do Brasil. Cardoso (2007) afirma que o projeto de Humberto Costa foi arquivado quando acabou o seu mandato. Quando Ben-Hur foi eleito deputado e Cardoso foi nomeado para assessorá-lo em Brasília, ele entrou em contato com Humberto, solicitando-lhe permissão para que o deputado Ben-Hur rerepresentasse o seu projeto na Câmara Federal. Humberto concordou com a ideia de imediato. O projeto inicial havia recebido emenda da deputada Esther Grossi¹⁸ na Comissão de Educação. Ressalvando que o termo “disciplina” não era mais adotado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que passou a nortear os assuntos a serem estudados no Brasil. Portanto era preciso ser mudado para "conteúdo", segundo exigência legal. Depois de rerepresentado, tramitou por todas as instâncias e acabou se transformando na lei 10.639 no ano de 2003 (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 429).

O relato de Edson Cardoso (2007) demonstra que a lei 10.639/03 resultou de reivindicações feitas pelo movimento negro e amparada por representantes políticos que se identificaram com a luta dele. Oficializada, passou a exercer o papel de suporte legal para manifestações de relações étnico-raciais, além de servir de reforço para as próprias ações do movimento que a originou.

Mas as reivindicações, em parte, do movimento negro que se transformaram na lei 10.639/03 passaram por todo um processo de debates, discussões e burocracia durante seu processo de sistematização para se transformar de fato em um conteúdo jurídico legal. No livro “Retrato da Escola” (2013), organizado pela revista semestral da Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, estão estampados artigos que tratam sobre educação e diversidade.

No artigo “Diversidade étnico-racial no Brasil: os desafios à lei 10.639”, Rodrigo Ednilson de Jesus¹⁹, apresenta panorama do contexto conflitivo e contraditório que antecedeu à promulgação da lei.

Parafraseando Rodrigues (2005), Jesus (2013) destaca que a participação ativa do movimento negro nos processos de elaboração da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 possibilitou o surgimento de novos entendimentos sobre as relações étnico-raciais no Brasil, geradas num contexto de acirradas disputas entre antagônicos projetos de educação e da sociedade.

¹⁸Foi eleita deputada pelo PT do Rio Grande do Sul exercendo o mandato de 1995 a 1999.

¹⁹Doutor em Educação, Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade federal de Minas Gerais (UFMG) Coordenador do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Membro do Núcleo de Estudos sobre Relações raciais e Ações Afirmativas (NERA/UFMG) e do Observatório da Juventude de Belo Horizonte/MG.

As mudanças inseridas na nova Constituição (1988), que possibilitaram instituir sistema educacional que permitisse incluir e demonstrar a importância da participação dos africanos negros e seus descendentes no desenvolvimento do Brasil, não foram facilmente aceitas. Rodrigo Ednilson de Jesus (2013, p.401) observa que a educação foi eleita no âmbito da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias como temática prioritária do movimento negro. Por intermédio da subcomissão, foram apresentadas propostas para a inclusão da reivindicação do movimento negro.

No quadro adiante estão demonstradas as propostas que causaram divergências nos debates ocorridos quando da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Quadro 05 - Propostas para a Inserção das Reivindicações do Movimento Negro

-Anteprojeto da Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias.

Art.4º A Educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro.

Art.5º O ensino de “História das Populações Negras do Brasil” será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira, na forma que a lei dispuser.

-Anteprojeto da Comissão Temática da Ordem Social.

Art.85º O poder público reformulará, em todos os níveis, o ensino de história do Brasil, com o objetivo de contemplar com igualdade a contribuição das diferentes etnias para a formação multicultural e pluriétnica do povo brasileiro.

- Comissão de Sistematização – Constituição Federal de 1988

Art.242º O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Fonte: Jesus (2013, p. 401).

Os artigos 85 e 242 estabeleceram a elaboração de mudança com caráter bem disperso nos objetivos, enquanto que os artigos 4º e 5º tiveram propostas específicas e objetivas, com claras indicações da inserção de conteúdos no ensino educacional com vista a oportunizar temas importantes para desconstruir estereótipos, preconceitos e discriminações vigentes na sociedade brasileira.

A proposta inicial apresentada pela Subcomissão dos Negros, População Indígena, Pessoas Deficientes e Minorias foi modificada. A justificativa, segundo Jesus (2013, p. 401), foi a de que se tratava de questão muito particular e por isto deveria ser abordada em legislação complementar específica, no caso, a LDB. No artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996 o caráter disperso dos objetivos era vigente. No quadro 2, dados demonstram que ainda existia base nacional comum que não trazia especificidade sobre os conteúdos referentes a africanos e seus descendentes.

Quadro 06 - Artigo 26, da LDB de 1996

Art. 26º Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

- **1º** Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

- **2º** O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

- **3º** A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

- **4º** O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

- **5º** Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Fonte: Jesus (2013, p. 402).

O inciso 4º do artigo em análise apresenta leve abertura na fronteira dos dados com reconhecimento de levar em conta a participação da contribuição do africano negro e seus descendentes na formação brasileira. Já representou um avanço e uma conquista, mesmo que pequenos, a respeito do reconhecimento da necessidade de se estudar a contribuição africana na formação do Brasil.

Os dados da base da Lei de Diretrizes de 1996 mantiveram igualdade nas representações sociais da formação brasileira, não destoando e nem reconhecendo as perdas e os prejuízos históricos que as partes formadoras da sociedade brasileira tiveram que enfrentar e suportar.

Segundo Rodrigo Ednilson de Jesus (2013, p. 403), seria preciso aguardar o dia 9 de janeiro do ano de 2003 “[...] quando, então, foi sancionada a lei 10.639, alterando a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, e determinando a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares nacionais”.

A partir da sanção da lei 10.639 passou a vigorar, amparada em meios legais, no cotidiano escolar, a exigência de se estudar a participação de africanos e descendentes no desenvolvimento da nação. As alterações feitas na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 foram específicas e objetivas permitindo inserir nas escolas, o estudo sobre como a população africana e afro-brasileira participou ativa e positivamente da história do progresso brasileiro.

As gerações futuras, no âmbito escolar, têm a possibilidade de conhecer e de reconhecer o valor da contribuição da população originária de outro continente, forçada ao trabalho escravo, do qual se viu livre somente depois de muitas lutas, mortes e resistências.

O quadro a seguir demonstra as alterações que passaram a vigorar com a lei 10.639/03:

Quadro 07 – Artigos 26-A, 79-A e 79-B

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

- 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

- 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

- 3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Fonte: Jesus (2013, p. 403).

As alterações aprovadas pela lei 10.639/03 demarcaram especificamente objetivos concretos para tentar, oficialmente, inserir no conteúdo de ensino escolar, questões sobre a participação dos negros na formação econômica, social e cultural do Brasil. No inciso 1º percebe-se que a lei cobra das instituições de ensino maior ênfase para a História da África e dos africanos para evidenciar a participação deles na construção da sociedade brasileira. Na prática educacional, atendendo aos ditames legais, com a lei chega ao conhecimento dos estudantes, o valor da luta dos negros no Brasil, destacando a sua perspectiva de participação, permitindo demonstrar a contribuição deles no desenvolvimento do País.

Com a aprovação da lei, ocorreram controversas nos setores educacionais. No caderno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná (2013), o artigo “África da e pela diáspora: pontos para a Educação das relações étnico-raciais” registra análise sobre a política educacional e a lei 10.639/03. A autoria é de Luiz Carlos Paixão da Rocha e Débora Cristina de Araújo, que apresentam argumentações que divergiam sobre a importância da lei.

Rocha e Araújo (2013, p.19) afirmam que, de um lado, setores da educação brasileira questionavam a necessidade da medida; de outro, educadores e representantes do movimento

social negro a entendiam como um avanço no campo da política educacional brasileira. Os críticos da lei argumentavam que ela era, ao mesmo tempo, desnecessária e autoritária.

Nesta perspectiva, no momento da aprovação, as críticas contra a lei 10.639/03 tinham respaldo da grande mídia nacional. Rocha e Araújo (2013, p. 20) lembram que na edição do dia 28 de janeiro de 2003, do jornal Folha de São Paulo, poucos dias após a aprovação da lei, foi publicado artigo, cujo título, questionava: “O Brasil precisa de lei para ensinar a história do negro?”.

O mesmo questionamento é repetido nos setores educacionais ou por pessoas quando se deparam com a cobrança de que é preciso estudar a história do negro no Brasil. Muitos dos que questionam a obrigatoriedade alegam que a história do negro está presente de modo geral no ensino brasileiro, mas dever-se alertar que é a história do escravo negro que há tempos vem fazendo parte do ensino educacional brasileiro e não do negro liberto que luta por igualdades social.

A distorção no ensino que apresenta o escravo como negro não condiz com a realidade e faz demandar a necessidade da vigência da lei, que cobra mudanças no ensino da história do negro vivida em terras brasileiras. Por outro lado não se pode esquecer que o Brasil foi o último país das Américas a extinguir o sistema de escravidão e, ainda mais, o fato somente aconteceu em decorrência das resistências dos negros e das objeções e repressões vindas de outros países, principalmente de parte dos ingleses.

Também não se pode esquecer que na formação da sociedade brasileira, há de fato a existência dos descendentes dos africanos negros escravizados. Da mesma maneira, também dever-se lembrar que há na formação social do Brasil a existência dos descendentes dos escravizadores e que talvez por prejuízos de seus privilégios com o fim do sistema de escravidão não queiram reconhecer e aceitar que o negro foi e é parte da formação da sociedade brasileira.

A lei pode não agradar a integrantes de setores conservadores, já que tentam manter e disseminar a imagem que restringe o negro apenas à condição de escravo, inculto, sem poder de organização e de luta pela liberdade.

A lei 10.639/03 apresenta, exatamente, a perspectiva contrária. Exige dos setores educacionais e, por extensão, de seus profissionais, a necessidade de ensinar e informarem os alunos acerca da história do negro, bem como a sua importância na participação do desenvolvimento brasileiro. A mesma lei também oportuniza o diálogo sobre questões raciais ainda hoje existentes na sociedade brasileira. A promulgação da lei 10.639/03 foi um marco de apoio ao combate ao racismo e à discriminação racial.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) produziu análise sobre os últimos 20 anos da promoção da igualdade racial. O trabalho foi organizado por Luciana Jaccoud (2009) e faz parte do livro “A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos”. Na análise, a lei 10.639/03 é reconhecida como uma das mais importantes iniciativas ocorridas nos últimos anos no campo do combate às desigualdades raciais na área da educação (JACCOUND, 2009, p. 211).

A obra “O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista”, de Maria Lúcia de Santana Braga e Maria Helena Vargas da Silveira (2007), destaca que, com o surgimento da lei 10.639/03, os sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converteram as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado “[...] com vistas às reparações, reconhecendo e valorizando a história e a cultura afro-brasileira” (BRAGA; SILVEIRA, 2007, p. 57).

Rodrigo Ednilson de Jesus (2013, p. 403) igualmente destaca que, apesar de seu caráter sucinto (apenas três artigos), a lei 10.639/03 repercutiu de modo significativo no campo das relações étnico-raciais no Brasil. Repercussão que se espalhou pelo território brasileiro, legando ao discurso presente no texto da lei, a condição de referência para fortalecer a luta dos negros.

A aprovação da lei fomentou o surgimento de discussões no campo educacional, tanto a favor quanto contra, mas, de qualquer forma, representa enorme avanço em se tratando da necessidade de rever o ensino educacional com vistas à participação dos negros no Brasil sob perspectiva positiva. A mudança na ótica gerou novidades nas instâncias de ensino brasileiras, promovendo a necessidade da capacitação de profissionais da educação com referência ao o que estabelece a lei: orientação da prática de ensino para as relações étnico-raciais.

Também fez com que houvesse a necessidade da elaboração e da publicação de material didático específico para contemplar o que a lei determina. A partir de então, os conteúdos curriculares das escolas apresentaram novidades, promovendo práticas e manifestações sobre a participação dos africanos negros e seus descendentes na sociedade brasileira.

2.2 LEI 10.639/03: REFERÊNCIA ÀS PRIMEIRAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Aprovada, a lei não tinha garantia por si só para sua implantação e prática das atividades para alcançar os objetivos. Com a sanção, as instituições, os movimentos sociais negros e todos aqueles que se identificaram com a proposta nela contida, passaram a produzir ações que viessem ao encontro da sua aplicabilidade. Atualmente, após mais de uma década de sua aprovação, surgem críticas de que os incentivos no Estado do Paraná para a inserção nas instâncias educacionais, não têm sido satisfatórios.

Angelina Duarte e Ricardo Tadeu Caires Silva (2014) ao participarem do XIV Encontro Regional de História da Universidade Estadual do Paraná realizado em Campo Mourão apresentaram estudo sobre “As Ações do Estado do Paraná para a implantação da Lei 10.639/03 na Rede Básica de Educação (2003-2013)”.

Duarte e Silva (2014, p. 1258) destacam que é evidente que teve esforço do Estado do Paraná para o cumprimento da lei 10.639/03, no entanto, avaliam que, na atualidade, a formação para a capacitação referente ao que pede a lei não está sendo satisfatória, alegando duas questões: a baixa carga horária, que varia de 04 a 10 horas por curso de educação para as relações étnico raciais, e o caráter optativo da aplicação do conteúdo em muitos cursos.

A observação é válida e relevante ao se considerar que a lei conta com mais de uma década de vigência, e, também, a adoção do que ela estabelece, passa por altos e baixos incentivos por parte do Estado, uma vez que, oferecer curso que tenha de quatro a 10 horas e, ainda mais, alguns optativos, demonstra que muito ainda tem que ser feito para que, de fato, sejam inseridos de forma plena, os temas propostos pela lei 10.639/03.

O pouco incentivo por parte do Estado do Paraná para a aplicação da lei deixa a desejar e não dá o devido mérito e importância à lei. Os anos de 2003 a 2013, que formam o período de estudo realizado por Duarte e Silva, foram em parte o momento que o Estado disponibilizou os maiores meios para a implantação efetiva da lei. Duarte e Silva (2014, p.1262) citam como meios utilizados pelo Estado,

[...] a aprovação da deliberação n.º 04/2006, do Conselho Estadual Educação do Paraná, que definiu Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também por meio da instrução n.º 017/2006, iniciaram os trabalhos das Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de Educação. Foi criado o Departamento da Diversidade (DED) no qual tinha a Equipe da Educação

das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Estes encaminhamentos institucionais objetivaram corroborar a aplicação da lei 10.639/03, permitindo atender no Estado do Paraná, as alterações ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As Normas Complementares, a Criação das Equipes Multidisciplinares²⁰ em núcleos regionais e no âmbito escolar e a fundação do Departamento da Diversidade (DED)²¹ permitiram que fossem subsidiadas e produzidas ações para incentivar as práticas cobradas pela lei 10.639/03 nos espaços escolares.

Em 2005, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), para atender a demanda da lei, organizou trabalho, espécie de cartilha, denominada “Cadernos Temáticos Lei n.º10.639/03: inserção dos conteúdos de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares”, com o objetivo de divulgar, capacitar e orientar os profissionais da educação para a necessidade de cumprir a lei.

Os referidos cadernos continham informações e reflexões sobre a trajetória da construção da lei, bem como a importância de sua aplicabilidade no âmbito escolar. Além disto, conteúdos escolares, registro de experiências práticas no cotidiano escolar, referências bibliográficas, sites, filmes sob a África e os afro-brasileiros contribuíram para que a lei alcançasse maior dimensão de realidade.

As orientações oficiais do Estado não cobraram apenas o esforço dos profissionais das disciplinas da Educação Artística, Literatura e História, já que determinaram o uso da transversalidade do tema nas diversas disciplinas do conhecimento, para, de fato, expandir a aplicação da lei.

²⁰Equipes Multidisciplinares são instâncias do trabalho escolares oficialmente legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei nº 9394/96, pela Deliberação nº 04/06 CEE/PR, pela Instrução nº 017/06 SUED/SEED, pela Resolução nº 3399/10 SUED/SEED e a Instrução nº 010/10 SUED/SEED. São espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná (SEED-PR <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>. Acesso em: 03 jan. 2016).

²¹O Departamento de Educação, Diversidade e Direitos Humanos atua na defesa e promoção dos direitos humanos dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso a escola e de continuidade na formação escolar. A missão do Departamento é dar visibilidade aos sujeitos, despertando o interesse pelos temas da diversidade e desenvolvendo competências e valores de solidariedade, cooperação, respeito e união (SEED-PR - <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acesso em: 03 jan. 2016).

Quadro 08 - Sugestões Didáticas para a Aplicabilidade da Lei 10.639/03

História	A disciplina precisa construir um novo olhar sobre a história nacional e regional/local e ressaltar a contribuição dos africanos e afrodescendentes na constituição brasileira. Algumas visões equivocadas sobre o negro e o continente africano devem ser desmitificadas. Ex: a do negro visto como escravo; a África como continente primitivo; a de que o negro foi escravizado porque era dócil, menos rebelde do que os indígenas; a da democracia racial.
Geografia	A demografia brasileira e sua miscigenação. A distribuição espacial da população afro no Brasil; localização da origem dos grupos étnicos que foram trazidos para o Brasil. Análise de dados do IBGE sobre a composição brasileira por cor, renda e escolaridade nacional, regional e local. Análises sobre as práticas de segregação racial como, por exemplo, na África do Sul e nos E.U.A.
Ensino Religioso	Estudo sobre a influência das celebrações religiosas das tradições afros na cultura do Brasil. Pesquisa acerca das religiões africanas presentes no Brasil. Estudos dos orixás.
Educação Artística/Arte	Danças de natureza religiosa: candomblé; lúdica: brincadeira de roda; guerreira: congada; dramática: maracatu; profana: jongo. A contribuição artística africana na música popular como o batuque, samba, lundu. A presença da influência africana nas artes plásticas como máscaras, esculturas, ornamentos, pintura corporal, estamparia. Também penteado, arquitetura e objetos decorativos.
Biologia	Estudos sobre as teorias antropológicas. Desmistificação das teorias racistas baseadas na superioridade racial. Estudo das características biológicas (biótipo) dos diversos povos. Abordar os conflitos entre epidemias/endemias e o atendimento à saúde, entre as doenças de higiene proporcionadas à população, bem como o índice de desenvolvimento humano (IDH).
Educação Física	Danças e suas manifestações corporais na cultura afro-brasileira. Brinquedos e brincadeiras da cultura africana e sua ressignificação nas práticas corporais afro-brasileiras. A atividade da capoeira, seus significados e sentidos no contexto histórico-social do negro.
Matemática	Análise dos dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país, estado e município. Estatísticas relacionadas ao negro e o mercado de trabalho. Dados estatísticos do município e da escola com relação à descendência populacional.

Fonte: Cadernos Temáticos/SEED (2005, p. 36-40)

O conjunto de propostas apresentado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná contemplou conteúdos para a orientação e a capacitação dos profissionais da educação com a finalidade de demonstrar que a aplicabilidade da lei 10.639/03 deveria, na prática, ser tentada por meio das disciplinas-chaves como a Educação Artística, Literatura e História, mas, também, demonstrar que os conteúdos cobrados deveriam ser praticados numa perspectiva

transversal que possibilitasse a disseminação da temática sobre a África e os afro-brasileiros no campo da prática de todas as disciplinas.

A proposta expressa nos Cadernos Temáticos apresenta orientações que expandiam o campo de disseminação para a implantação do que a lei cobrava, ou seja, os diversos setores disciplinares da educação teriam informações de propostas pedagógicas para o encaminhamento de atividades que poderiam colaborar com os setores educacionais.

Os Cadernos Temáticos foram enviados para as secretarias municipais de Educação do Estado do Paraná para que as assessorias pedagógicas tivessem conhecimento do conteúdo da lei 10.639/03 e criassem iniciativas para a implantação de atividades no âmbito escolar.

O conteúdo dos citados cadernos chegou à Secretaria da Educação de Marechal Cândido Rondon, na qual, três funcionários, descendentes da população negra, Udilma Lins Weirich (coordenadora do Centro de Pesquisa, da prefeitura), Jossoé Hann Pinto (documentador escolar da assessoria pedagógica) e, José Ediane Pereira da Silva (coordenador da Biblioteca Pública Municipal Martinho Lutero), tiveram conhecimento do conteúdo da lei 10.639/03 e passaram a cobrar a prática dela por parte da referida Secretaria de Educação.

Assim, para atender a lei, a Secretaria Municipal da Educação, no mês de julho de 2008, utilizou a programação da Semana Pedagógica, do 2º semestre, para capacitar os professores, desde o Jardim II até as 4ª séries, bem como professores de educação ambiental e artes, educação física, classe especial, de apoio e reforço escolar, sob a temática da cultura afro-brasileira, trabalho coordenado por Udilma Lins Weirich e José Ediane. O evento aconteceu nas dependências da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto. (SEMANA..., 2008, p. 17).

TERÇA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2008

GERAL

O PRESENTE | 17

EDUCAÇÃO

Semana pedagógica segue até amanhã em Rondon

Programação conta com capacitação, palestra entre outras atividades

Englobando professores desde o Jardim II até as 4^{as} séries, bem como professores de educação ambiental e artes, de educação física, classes especial e de apoio e reforço escolar, teve início ontem (28), em Marechal Cândido Rondon, a semana pedagógica referente ao 2^o semestre do ano letivo de 2008. O cronograma se estenderá até amanhã (30), sob organização da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme o titular da pasta, Leocir Lang, o primeiro dia de trabalho contou com o planejamento bimestral e com a capacitação sobre cultura afro-brasileira, coordenada por Udílma Weirich e José Edioni. O evento aconteceu nas dependências da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto. "Sobre este assunto também faremos um grande encontro em 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra. O evento envolverá a participação de todos os professores da rede municipal e será dedicado à reflexão sobre a inserção do afrodescendente na sociedade brasileira", enfatiza.

Hoje (29), as atividades continuam em cada escola com a organização do material e atividades pedagógicas. Já amanhã (30) haverá palestra sobre inclusão, a ser proferida por Jane Peruzo. O evento terá início às 08 horas e será realizado no auditório do Isepe-Rondon. "As diversas atividades realizadas no decorrer da semana servirão para nortear os trabalhos a serem desenvolvidos no segundo semestre, visando sempre aprimorar a qualidade de ensino rondonense", frisa.

Registro da capacitação sobre cultura afro-brasileira, realizada na tarde de ontem (28)



Figura 05 – Registro da divulgação da Semana Pedagógica sob a temática da cultura afro-brasileira.

Fonte: O Presente (29/07/2008, p. 17)

Durante a capacitação, os trabalhos foram focados na divulgação das propostas da lei e, também, para incentivar os profissionais da educação municipal para realizarem atividades que possibilitassem a interação dos conteúdos com o tema África e africanos negros e seus descendentes.

Com a experiência, durante os dois dias da programação da Semana Pedagógica, a boa receptividade e o interesse de grande parte dos profissionais da educação municipal em relação ao tema, os coordenadores da capacitação idealizaram uma proposta para realizar um evento no dia 20 de novembro 2008, na data do Dia Nacional da Consciência Negra, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre a lei.

O evento representou em Marechal Cândido Rondon, o início das manifestações públicas organizadas a partir da lei 10.639/03. A intenção foi a de incentivar a realização de manifestações no município para divulgar os feitos dos negros na formação do desenvolvimento do país, baseado nas propostas do conteúdo da lei.

As ações do evento tiveram, entretanto, perspectiva mais ampla, tratando sobre os princípios valorativos dos negros brasileiros de forma efetiva com atividades práticas e não apenas análises de conteúdos em espaço escolar. As ações abordaram temas cobrados pela lei com o objetivo de expandir a discussão para além do espaço escolar. Assim, a manifestação teve como perspectiva a criação de momento que viabilizasse o diálogo com referência à

importância do negro, bem como de suas lutas em busca de melhores condições de vida e de direitos no território brasileiro.

Em entrevista para a imprensa local, os idealizadores do evento destacaram que a realização da mobilização sobre a história e cultura afro-brasileira e africana em Marechal Cândido Rondon era tentativa de atender ao que estabelece a lei 10.639/03 e, também, alusiva à passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, data de reflexão sobre a morte de Zumbi dos Palmares, figura representativa na luta pelos direitos dos negros (RONDON...,05/11/2008, p.10).

O evento, na verdade, teve a finalidade de buscar dois vieses, que convergiam na tentativa de ampliar a propagação sobre os negros. O evento passou a materializar manifestações de apoio aos professores com o objetivo de esclarecer o que pedia a lei para que eles tivessem suporte didático-pedagógico sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana. De igual maneira, as referências da luta e resistência dos negros passaram a ser divulgadas no município por ocasião do evento, que tinha, de semelhante modo, o objetivo de refletir sobre o Dia Nacional da Consciência Negra.

O texto da lei se tornou referência para incentivar os idealizadores do evento a realizarem ato para divulgar a participação dos negros na formação da sociedade brasileira. Conforme informações a respeito do contexto histórico da formação local, no passado poderia ter havido fronteira social que impedisse tratar sobre a temática da lei 10.639/03 em Marechal Cândido Rondon.

Philippe Poitignat e Jocelyne Fernart (1998, p. 195) no livro “Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth”, frisam que “as fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as sociais”. Nesta perspectiva, o que foi necessário para os idealizadores da ação era reconhecer a oportunidade que surgia por meio da divulgação do conteúdo da lei 10.639/03 para promover evento que demonstrasse que o povo negro, por meio de ações e mobilizações, vem avançando as fronteiras sociais que, por muitas vezes, marginalizam a sua contribuição no desenvolvimento da sociedade.

As ações que foram realizadas no mês de novembro 2008 foram pautadas na referência temática presente nas propostas da lei 10.639/03 e com inspiração nas práticas dos movimentos sociais. Muitas transformações que ocorreram na história das sociedades passaram pelas resistências, lutas e cobranças das organizações de movimentos sociais.

Para os idealizadores do evento que, por fim, foram os organizadores das ações, o meio de expressar e demonstrar a contribuição da população negra na formação do Brasil,

gerou a criação de manifestações para a tentativa da construção de movimento social com ações práticas extensivas à comunidade do município.

Dois meses antes do dia 20 de novembro de 2008, Udilma, Jossoé e José Ediane já pensavam nas iniciativas estratégicas do evento. Reuniram-se em sala no terceiro piso do prédio da prefeitura para acertarem os detalhes da primeira mobilização. Durante a reunião, num primeiro momento ficaram receosos de o evento poder transformar-se em uma frustração, pois sabiam que ato com um tema tão diferente da propagação da identidade local poderia ter repercussões adversas. Pensaram em desistir, porém, lembraram que a atitude dos professores municipais na capacitação da Semana Pedagógica no mês de julho foi de boa receptividade e, portanto, o evento também teria que ser algo importante para o conhecimento da cidade; além do mais, as atividades da manifestação estavam respaldadas na lei 10.639/03 e contavam com o apoio da Secretaria Municipal da Educação.

Passados os momentos de tensão e de receio, passaram a contatar palestrantes, grupos artísticos musicais, escola de capoeira, autoridades educacionais, cozinheiras, etc. A manifestação foi denominada de 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade.

Também ficou decidido sobre a criação de organização que pudesse ser, no município, o símbolo de identificação representativo das manifestações sobre a história, cultura e participação do povo negro no Brasil. Chamada de Organização Étnico-Racial Nagô (OERAN), a iniciativa tinha apenas a nomenclatura, sendo necessário criar representação figurativa simbólica. Por isto, foi produzida logomarca que passou a ser utilizada para a sua identificação e ilustrar banners e cartazes para a divulgação.



Figura 06 – Logomarca da OERAN

Fonte: Acervo do autor.

A logomarca foi criada por Udilma, José Ediane e Jossoé (2008). As cores têm referência à representação do multiculturalismo da cultura e da tradição africana. A figura no interior da imagem simboliza a representação da presença do povo negro no território brasileiro. A denominação refere-se ao povo nagô, derivado da população africana Ioruba, um dos povos africanos que durante o período escravocrata foi trazido para trabalhar no Brasil.

A identificação (logomarca) também foi usada para ilustrar camisetas que foram confeccionadas para divulgação do evento, tendo sido vendidas para arrecadar verbas para o custeio parcial da iniciativa. A identificação e a denominação simbólica OERAN contribuíram, de forma mais organizada, para a divulgação do evento e possibilitaram alcançar patrocínios para a confecção de cartazes, de camisetas, folders, recursos de infraestrutura para o fórum.

A Secretaria Municipal da Educação prestou amplo apoio para a realização do evento, mas as atividades práticas ficaram sob a responsabilidade dos organizadores, que recorreram ao comércio para obterem ajuda financeira para cobrir custos. Como se tratou do primeiro evento do gênero, os organizadores relacionaram a atividade, voltada inicialmente para

educadores, mas que, por causa da passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, foi aberta à população local e regional.

O espaço do Centro de Cultural²² foi usado para o evento, enquanto que o espaço do Café Colonial²³ foi utilizado para servir o almoço, à base de feijoada. Pelo fato de que outro evento estava marcado para o Centro Cultural no dia 20 de novembro, foi preciso antecipar o fórum, que teve que ser realizado dois dias antes, no dia 18 de novembro. A divulgação foi fundamental para a realização do evento e também para que fosse propagado o tema do fórum na localidade.



Figura 07 – Cartaz de divulgação do Dia Nacional da Consciência Negra

Fonte: Acervo do autor

Cartazes foram espalhados pela cidade, em estabelecimentos comerciais, na prefeitura, biblioteca pública, universidade, murais de supermercados, postos de combustíveis, pavilhões

²²Neste espaço denominado Centro Cultural Elói Urnau havia a Escola de Artes Municipal e também eram realizados eventos culturais. Localizava-se no centro do município na Avenida Rio Grande do Sul.

²³Espaço destinado para degustação de alimentos coloniais durante as festividades do município. Localizado no Parque de Exposição do Centro de Eventos de Marechal Cândido Rondon-PR.

comunitários, terminal rodoviário de passageiros, agências financeiras e, principalmente, em escolas municipais e colégios estaduais. Num primeiro momento soou estranho o dia 18 de novembro ter sido identificado como o Dia da Consciência Negra, já que, na verdade, ele acontece no dia 20 de novembro, em referência à morte do líder Zumbi dos Palmares. O anacronismo foi justificado pela falta de espaço ideal para a realização do evento, havendo a necessidade da sua antecipação.

O cartaz apresenta gama de simbolização e informações com algumas peculiaridades, caso das cores, da logomarca da organização, em fase de construção, OERAN, já que não há registro da nomenclatura da organização no cartaz. Há, no entanto, a denominação Consciência Política e Histórica da Diversidade, tema do evento. A frase “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é [...]” trecho da letra musical “Dom de iludir”, do compositor e cantor Caetano Veloso, que pode ser entendida como mensagem para que as pessoas refletissem sobre o que o outro passa para viver e ser.

Analisando as informações do cartaz com a referência à divulgação do evento que marcaria na localidade o Dia Nacional da Consciência Negra, (cores tradicionais, logomarca da OERAN e o centro cultural como espaço da realização, a Secretaria Municipal da Educação como local das inscrições para a participação e as logomarcas dos patrocinadores), percebe-se que houve a elaboração de detalhes na organização para que ela tivesse sucesso.

No cartaz estava expressa a frase “Junte-se a nós e participe!”. O emprego do pronome “nós” deixa evidente que o evento não era realizado na individualidade, já que havia por trás dele, um grupo, um coletivo estava sendo mobilizado em Marechal Cândido Rondon para viabilizar a manifestação sobre a temática do povo negro. O processo de divulgação esteve focado na busca de dois objetivos: foram para analisar e aprofundar os conhecimentos sobre a lei 10.639/03 como oferta de subsídio para os profissionais da Educação. E mobilização com caráter de movimento de construção coletiva para difundir o tema relacionado à África, aos africanos negros e seus descendentes.

Por esta razão, o convite “junte-se a nós e participe!” mostrou que se tratava de iniciativa aberta à população. Através da divulgação foi materializada a relação do discurso oficial da lei 10.639/03 com a ideia de se concretizar uma organização coletiva para que, de fato, fosse desencadeado movimento no município voltado à difusão da participação dos negros na formação da sociedade. Em novembro de 2008 foi reforçada a divulgação do fórum através de órgão de imprensa local.



Figura 08 – Divulgação do 1º Fórum na imprensa local

Fonte: O Presente (05/11/2008, p. 10)

A imprensa escrita foi suporte importante para a divulgação do evento e, por extensão, para difundir manifestação que aconteceria na cidade sobre a cultura africana e afro-brasileira. Assim com a divulgação realizada através de vários meios foi fundamental para a concretização do evento. Os cartazes espalhados pela cidade, as camisetas estampadas e, principalmente, a divulgação na imprensa escrita e radiofônica, foram primordiais para que pessoas tomassem conhecimento da realização da atividade com o fito de valorizar a vivência dos negros no território nacional.

2.3 INTERDISCIPLINARIDADE: CONVERGÊNCIA DISCIPLINARES NA REALIZAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO

Os organizadores do fórum tiveram a preocupação de realizar ações baseadas nos quesitos estabelecidos pela lei 10.639/03, priorizando atividades voltadas aos temas pertinentes às áreas das disciplinas de Educação Artística, Literatura e da História, nas quais a lei cobra maior inserção da temática. A intenção foi a de oportunizar instrumentos que permitissem na prática, realizar a inovação do conhecimento com o objetivo de superar visões

ultrapassadas e construir nova maneira de estudar a participação do povo negro na construção do Brasil.

As fronteiras das disciplinas precisam ser flexíveis e abertas para serem complementadas com outros saberes, beneficiando a produção do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade das atividades concretas do fórum, voltadas para Artes, Literatura e a História, produziu condições adequadas para a realização do evento.

A divulgação na imprensa local por meio do jornal O Presente, na semana que aconteceria o evento, informou que as ações e atividades do Fórum teriam a seguinte sequência:

A programação contará com palestras e apresentações artísticas, tendo como local o Centro Cultural Elói Urnau. Ao meio-dia, será servida feijoada, por adesão, no Café Colonial. [...] na parte da manhã, o Fórum terá a participação dos grupos musicais Adoração e Família Cabral e palestra sobre a diversidade em sala de aula com a professora Aparecida de Jesus Ferreira coordenadora do Projeto de Estudos Afro-Brasileiros (PEAB). À tarde, haverá apresentação de grupo de capoeira de Toledo coordenado pelo professor Carlinhos e do conjunto de pagode Vem Sambar, bem como as palestras com a professora Izabel Gimenez coordenadora do Colegiado de Letras da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, que abordará a Literatura Afro. Na sequência o tema sobre a Lei 10.639/03 a cargo do professor Sandro Cavalieri Savoia coordenador de desafios educacionais do Departamento de Diversidades Contemporâneas da Secretaria de Estado de Educação (SEED/PR). (CULTURA..., 19/11/2008, p. 11).

A programação demonstrou que os encaminhamentos convergiam para ação interdisciplinar entre o conhecimento das disciplinas da Educação Artística, da Literatura e História. Apesar de que a exigência da lei pode e deve ser expandida para todas as áreas de formação educacional, o evento foi organizado para profissionais da educação, estando, ao mesmo tempo, aberto para demais pessoas.

Cerca de 400 educadores participam de Fórum da Cultura Afro

Marechal Cândido Rondon sediou ontem (18) o 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O evento contou com palestras e apresentações artísticas, tendo como local o Centro Cultural Professor Elói Urnau. Ao meio-dia, foi servida feijoada, no Café Colonial. O fórum, que teve um público de aproximadamente 400 pessoas, a maioria professores, teve o objetivo de conscientizar profissionais educadores para a formação de cidadãos conscientes sobre a diversidade humana.

Na parte da manhã, o fórum teve a participação dos grupos musicais Adoração e Família Cabral e palestra com a professora doutora Aparecida de Jesus Ferreira, que discorreu sobre a diversidade na sala de aula. À tarde, houve apresentações de grupo de capoeira de Toledo e do conjunto de pagode Vem Sambar, bem como as palestras com a professora doutora Izabel Gimenez, que abordou a literatura afro, e com o professor Sandro Savoia, diretor do Depar-

tamento da Diversidade, do Governo do Estado.

Segundo os professores organizadores Udilma Lins Weirich, José Edione Pereira da Silva e Jossóé Hahn Pinto, o evento foi um sucesso, o que estimula a todos para que uma nova edição do fórum seja realizada no próximo ano. O evento contou com o apoio da Secretaria Municipal da Educação e foi prestigiado pelo chefe da pasta, professor Leocir Lang.

Fotos: Rafael Sturm



Professora doutora Aparecida de Jesus Ferreira falou sobre a diversidade na sala de aula

Figura 09 – Registro da realização das atividades do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Fonte: O Presente (19/11/2008, p. 10)

Os organizadores avaliaram o evento como um sucesso, prevendo que a primeira edição motivasse a realização de outras manifestações. O fato foi cogitado depois que os organizadores perceberam que o acontecimento idealizado durante a programação da Semana Pedagógica ocorrida em mês de julho de 2008 foi concretizado em novembro do mesmo ano, com a realização de outro evento do gênero.

A programação foi realizada conforme o esperado, já que todos os convidados honraram os compromissos que assumiram, coroando de êxito a iniciativa. No acontecimento foi possível perceber a convergência entre as disciplinas, demonstrando que a interdisciplinaridade pode contribuir para a produção do conhecimento, atendendo às demandas para a realização prática das atividades.

Mas o que é a interdisciplinaridade e como este saber agiu como meio, capaz de fundamentar as ações do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em Marechal Cândido Rondon?

Olga Pombo (2004, p. 13), no artigo Epistemologia da Interdisciplinaridade, frisa que, quando se ultrapassa a dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e

se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, entra-se no terreno da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade parte da convergência ou não da reação de complementaridade entre os princípios disciplinares. Neste sentido, a metodologia e o produzir interdisciplinar dependem da materialização disciplinar. O desenvolvimento disciplinar pode expandir além da fronteira do seu conteúdo com a ação da interdisciplinaridade. Ela permite a interlocução e a participação de novos saberes entre os campos disciplinares com o objetivo de uma ação em comum.

Analisando-se a interrelação disciplinar para a realização do fórum, as ações demonstram que a organização do evento fez uso de regras da interdisciplinaridade como fundamentação que, por sua vez, culminou influenciando, efetivamente, o surgimento no município de evento baseado na cobrança estabelecida pela lei 10.69/03, que aborda temática da aplicação de ensinamentos sobre a participação dos negros no Brasil.

As questões apresentadas no fórum serviram como convergência para a construção de manifestações de valorização dos negros e de seus feitos na história do desenvolvimento do Brasil e do próprio município. Cada ação do evento transpôs a fronteira disciplinar, complementando interdisciplinarmente e priorizando efeitos de produzir meios que propiciassem evidenciar o valor do povo negro.

Existe dependência entre as metodologias dos saberes da Arte, Literatura e da História. O método disciplinar é enriquecido através do envolvimento destas áreas do conhecimento. A interação de saberes permitiu o desenvolvimento e a complementaridade entre disciplinas, possibilitando a criação de condições que deram abertura para a prática das atividades propostas pelo 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade no município de Marechal Cândido Rondon.

Raynaut e Zanoni (2011, p. 144) lembram que

a interdisciplinaridade não é um caminho intelectual que se apresenta já pronto e fácil de seguir desde o início. Ela está na contracorrente de toda a formatação disciplinar à qual são submetidos os alunos durante os primeiros anos de formação acadêmica.

É preciso, contudo, considerar que a dependência da interlocução do método interdisciplinar esbarra na problemática da superação da formação disciplinar para a aceitação de novos saberes, oriundos de ação da interdisciplinaridade. Na compreensão de Raynaut e Zanoni (2011, p. 145), tornar as barreiras menos estanques, desenvolver as trocas e os intercâmbios entre visões distintas são, em si, um fator significativo de inovação.

Diante disto, a interdisciplinaridade se torna a abertura para a circulação de novidades entre as disciplinas, possibilitando novos olhares em metodologias e teorias já cristalizadas e institucionalizadas apenas em um campo do saber.

A proposta do fórum foi encaminhada com esta finalidade, uma vez que, para praticar o que a lei 10.639/03 exige, foi necessário o desenvolvimento de ações, envolvendo atividades entre as disciplinas específicas das áreas da Educação Artística, Literatura e História. Não é errado afirmar que, quando se ultrapassa e se supera as fronteiras disciplinares como propostas para a realização de ações que concretizem um objetivo, são iniciadas as premissas da ação da interdisciplinaridade como meio que passa a permitir o surgimento de ações que possam produzir novos conhecimentos.

Este superar é parte do processo da caminhada de novas aprendizagens, as quais passam a complementar, renovar e, por muitas vezes, a criar novo olhar sobre o que já se conhecia como saber disciplinar. A prática do que determina a lei 10.639/03 tem esta perspectiva, já que cobra a renovação no ensino, o estudo sobre a participação dos negros na sociedade. Exige que as práticas escolares sejam revistas, objetivando desconstruir a visão negativa sobre a participação do negro na sociedade para construir práticas de ensino voltadas para o reconhecimento de que negros são agentes valiosos que contribuíram no desenvolvimento econômico e social da nação.

A interdisciplinaridade também pode ser vista como referência que fundamentou na prática o exigido pela lei 10.639/03. No município, culminou na realização do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade.

A prática interdisciplinar das atividades do fórum possibilitou realizar evento para apresentar, informar e refletir sobre a participação do negro na sociedade e atendendo ao que é determinado pela lei 10.639/03 em espaço geográfico que, partindo de informações contidas em registros históricos da formação étnica, não tinha tradição na cultura africana e, por consequência, do povo negro. Por esta razão, a manifestação pode ser definida como ação original, idealizada e concretizada sob a perspectiva da equiparação com outras manifestações, empregadas para divulgar a localidade.

A imprensa regional, através do jornal O Paraná, de Cascavel, noticiou que “evento foca perspectiva multirracial [...] cerca de 400 pessoas participaram de evento inédito ontem na cidade de Marechal Cândido Rondon” (EVENTO..., 19/11/2008, p. 7). A notícia, destacando que o evento era multirracial, passava a ideia de que se tratou de diversidade racial, não contemplando toda a verdade, já que as ações que ocorreram em Marechal

Cândido Rondon foram voltadas para o debate e o diálogo étnico-racial com o objetivo de tratar da temática específica sobre a África e dos africanos negros e de seus descendentes. Não foi, portanto, multirracial.

A informação de que o fato foi inédito, condizia com a prática do fórum, pois tratar da temática que cobrava a lei 10.639/03 fora dos espaços escolares no município de Marechal Cândido Rondon-PR era novidade. E também era uma manifestação com um tema que diferenciava da propagação oficial da construção da identidade local.

Stuart Hall (2005, p. 9) destaca que as “identidades modernas estão fragmentando as paisagens culturais que no passado [...], nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. A informação anunciada pelo jornal O Paraná de que o evento era inédito em Marechal Cândido Rondon pode ser vista sob a perspectiva de uma fragmentação na fronteira da construção social e cultural da identidade propagada pelos eventos relacionados à cultura germânica, usada para divulgar Marechal Cândido Rondon.

No caso específico em questão, tratava-se de evento que buscava o reconhecimento à participação do negro em terras brasileiras. Um dos objetivos do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade, a partir da proposta expressa na lei 10.639/03, que, a propósito, suscitou a realização de debate sobre África e as referências sociais e culturais dos africanos negros e seus descendentes no citado município. As estratégias de mobilização utilizadas para a realização do fórum em 2008 acabaram se transformando em referência para os organizadores do evento em anos seguintes.

3 EXPERIÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO NEGRO

A lei 10.639/03 foi a principal referência para as iniciativas que possibilitaram a realização do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade em Marechal Cândido Rondon.

Na prática, a lei estabelece que educandários ministrem ensinamentos sobre a história dos africanos negros e seus descendentes no Brasil com o intuito de reconhecer neste segmento social sua participação na formação do País.

A construção desta lei, e sua prática, em grande parte estão condicionadas à trajetória histórica das lutas e resistências dos africanos negros e seus descendentes. Quando se pratica o que cobra a lei as ações podem ser analisadas como expressão da continuidade desta trajetória. Com esta perspectiva a produção de atividades com a temática transforma em apoio e fortalece cada vez mais as propostas referentes à atuação dos negros na formação do Brasil. As práticas são meios fundamentais para esta tentativa de construção do novo olhar sobre as influências africanas no desenvolvimento brasileiro.

Nesta acepção os organizadores do 1º Fórum passaram a produzir manifestações com a temática da lei visando cada vez mais disseminar em Marechal Cândido Rondon a propagação sobre os negros e suas influências na construção social brasileira e por outro lado tentava contribuir também com a manutenção da trajetória de luta que os negros e os movimentos sociais negros organizados vêm realizando ao longo da história do Brasil.

Nos anos posteriores, Udilma Lins Weirich, Josoé Hann Pinto e José Ediane passaram a organizar mobilizações na busca da manutenção da propagação da temática referente ao tema Afro. Diversas ações foram realizadas para o fortalecimento das manifestações. Convidaram mais pessoas para serem participantes das mobilizações. Participaram de capacitações, encontros e fóruns com o tema relacionado à luta dos negros. Tiveram contato com comunidades negras e também com movimentos sociais negros do Paraná.

Com este conhecimento e as referências práticas do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade outras manifestações com o tema sobre os negros surgiram em Marechal Cândido Rondon.

3.1 SEMINÁRIO DE MOBILIZAÇÃO DO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

As experiências obtidas com as ações efetivadas no evento em 2008 motivaram a produção de novas ações em Marechal Cândido Rondon com o objetivo de incentivar a manutenção e o fortalecimento da propagação de manifestações sob a temática dos negros.

Em novembro de 2009, no Dia Nacional da Consciência Negra, foi realizada atividade para fortalecer a recém-criada Organização Etnicorracial Nagô (OERAN), que surgiu com a finalidade de servir como amparo e suporte para realização de ações que pudessem manter vivo, em Marechal Cândido Rondon, o movimento sobre temática que destaca a importância do povo negro.

As ações posteriores ao fórum obedeceram a dois objetivos: fortalecer a OERAN e incentivar a realização de eventos públicos extraescolares quando da passagem do Dia Nacional da Consciência Negra. Com elas seria possível manter o incentivo para a efetivação da exigência da lei 10.639/03 na formação educacional e realizar mobilizações em espaços públicos para contribuir com o fortalecimento da difusão da trajetória de luta dos negros por melhores condições de vida e terem o direito reconhecido na sociedade.

A OERAN, por um lado, era parte da iniciativa e tentativa da construção do movimento negro. Sobre este aspecto, Montaño e Duriguetto (2011, p. 264) analisando o Movimento Social e Organização Não Governamental afirmam que

[...] a identificação entre Movimento Social e ONG são tratadas ora, como organizações de mesma natureza, ora como entidades que se sucedem no tempo, porém, ambas constituem organizações de natureza bem diversa. Por um lado, o Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade, necessidade, reivindicação, pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios, não próprios.

Esta reflexão torna-se relevante para as análises da compreensão das práticas que envolvem as organizações não-governamentais e os movimentos sociais, pois demonstra que enquanto organização, as características podem ser distintas entre a proposta de um Movimento Social e a de uma ONG.

A ideia da construção de um movimento negro com o amparo da OERAN, a priori, seria ação adversa enquanto objetivo. Na afirmação de Montaño e Duriguetto (2011), pode

também ser perceptível o complemento das iniciativas da construção da OERAN em consonância com a construção de um movimento social.

Para a fundação da OERAN, os envolvidos não eram alheios às reivindicações, já que se tratava de professores que eram funcionários da Secretaria da Educação do município e que tinham interesse em ver aplicado o que cobrava a lei 10.639/03 nas escolas da rede municipal. Os idealizadores das ações identificaram-se com a situação por serem negros e queriam ver as escolas produzindo atividades de ensino relacionadas à participação de seus antepassados na formação do Brasil.

Os objetivos estabelecidos para a OERAN também podem ser definidos como instrumentos para o encaminhamento de ações para instituir movimento que permitisse a manutenção das referidas manifestações na localidade.

Estudos demonstram que enquanto prática, ONGS e movimentos sociais, muitas vezes, se complementam nos objetivos. Suany Clise Cutrim e Josefa Batista Lopes (2005), da Universidade Federal do Maranhão, elaboraram o estudo “ONGS e Movimentos Sociais: Elementos Conceituais”. Nele, destacam que,

[...] pelas ações que desenvolvem [...] ONGS e movimentos sociais para além dos conceitos consagrados na literatura, são expressões do movimento dialético da sociedade como parte da categoria sociedade civil na qual ocorrem as relações entre os organismos de participação política que, por sua vez, são dotadas de inúmeras contradições.

Mesmo que existam particularidades de organização e objetivos entre ONGS e movimentos sociais, as expressões, quando se trata de causas com a mesma perspectiva, podem produzir a interlocução e fortalecimento de ambas. A perspectiva está presente no artigo “Movimentos Sociais, as ONGS e a militância que pensa, logo existe”, de autoria do professor e pesquisador Adilson Cabral, da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro. Para ele, as ONGS não substituem politicamente, nem mesmo falam em nome dos movimentos sociais, contudo, incorporam a representação do social para a opinião pública através da mídia e, institucionalmente, em alguns espaços multilaterais, caso de fóruns e conselhos, em níveis estadual e nacional.

Torna-se possível perceber que ONGS e movimentos sociais não são antagônicos. Pode ser o contrário, ou seja, a busca pela mesma causa fortalece a ambos. Por isto, a OERAN não deve ser confundida como movimento social negro, mas como parte da tentativa da construção de movimento negro em Marechal Cândido Rondon.

Durante o ano de 2009, membros da OERAN proferiram palestras em escolas municipais, colégios estaduais e centros comunitários em Marechal Cândido Rondon. No mesmo ano, também foi feita visita à Comunidade Negra Manuel Ciriaco dos Santos²⁴ em Guaíra-Pr.



Figura 10 – Registro de visita à Comunidade Quilombola Manuel Ciriaco dos Santos
Fonte: acervo do autor (19 de set. de 2009)

Na imagem, registro do momento em que Udilma Lins Weirich, representante da OERAN, esteve com Adir Rodrigues dos Santos, líder da comunidade quilombola de Guaíra-Pr. A visita teve o objetivo de conhecer a comunidade e convidar representantes dela para participarem de eventos que a organização vinha realizando em Marechal Cândido Rondon. Representantes da OERAN mantiveram contatos para se inteirar com membros de representações organizadas do povo negro com a finalidade de fortalecer e estruturar a própria entidade.

Com esta missão, tiveram a oportunidade de participar do VI Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná (29) realizado em Foz do Iguaçu em 2009,

²⁴Sobre a Comunidade Quilombola Manuel Ciriaco ver Grupo de Trabalho Clóvis Moura no endereço: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Também a Dissertação de Mestrado denominada Fronteira de um Quilombo em “Construção”: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da comunidade negra Manuel Ciriaco dos Santos – Guaíra-PR de autoria da Claudia Cristina Hoffmann, defendida no ano de 2012 no Programa de Mestrado Sociedade, Cultura e Fronteira na UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

ano em que, inclusive, José Ediane foi efetivado como professor na rede pública de ensino do Estado do Paraná e trabalhava naquela cidade.

A participação no fórum realizado em Foz do Iguaçu foi, preferencialmente, de pessoas de ascendência negra, razão pela qual o professor José Ediane foi indicado para representar o colégio no qual lecionava. Além do mais, o fato de, igualmente, ser membro da OERAN de Marechal Cândido Rondon, a participação no fórum em Foz do Iguaçu adquiriu importância ainda maior, tendo a chance de ampliar ainda mais os conhecimentos sobre as ações e os movimentos sociais negros que vinham sendo realizados no Paraná para, posteriormente, repassá-los para os demais integrantes da OERAN.

No site do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná, informações relatam que:

Em agosto de 2004, com o apoio da Secad/MEC, do Governo do Paraná, do movimento negro e de entidades da sociedade civil que militam em prol da Igualdade racial, foi realizada a 1ª Edição do Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Elas informam que o evento teve a finalidade de discutir as políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero, envolvendo professores e gestores dos sistemas de ensino e, que partir de 2004, os encontros foram sequenciais, ocorrendo em diferentes municípios, escolhidos por ocasião da plenária final do evento anterior. No Estado do Paraná, evento do gênero foram realizados nas cidades de Sarandi, Piraquara, Marilena, Curitiba, Paranavaí, Foz do Iguaçu, Londrina, Pinhais, Maringá, Toledo, Apucarana. Em 2015, o evento ocorreu na cidade de Campo Largo (FÓRUM..., 2015).

O evento em Foz do Iguaçu aconteceu no mês de julho de 2009 e o representante da OERAN participou na condição de ouvinte. A participação permitiu que tivesse conhecimento da prática do fórum e, nos debates da plenária final, nos quais a discussão foi sobre a cobrança da prática da lei 10.639/03 nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, teve a oportunidade de cobrar da Secretária da Educação de Foz do Iguaçu, ação para a aplicação da lei 10.639/03 tal como havia sido feito em 2008 em Marechal Cândido Rondon.

Viabilizada através de cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do Paraná aos professores da rede estadual, José Ediane, em outubro do mesmo ano, teve a oportunidade de participar do “VI Encontro de Educadores Negros”, no Centro de Formação, em Faxinal do Céu, no município de Pinhão, realizado pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial. O site da Secretaria da Educação destaca que:

[...] no período de 19 a 22 de outubro, em Faxinal do Céu, o VI Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná, que tem este ano como tema principal ‘Identidade e Formação Política’. Aproximadamente 400 pessoas, entre educadores e educadoras (preferencialmente negros (as), pedagogos (as), diretores, auxiliares

administrativos e serviços gerais, tiveram acesso as oficinas, palestras e conferência sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, além de espaços propícios para o debate referente à Educação para as Relações Etnicorraciais. Juntamente com a SEED, diversas entidades participaram do VI Encontro de Educadores Negros (as) do Paraná: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná – NEAB/UFPR; Instituto de Pesquisa Afrodascendência – IPAD; Associação Negritude de Promoção da Igualdade Racial – ANPIR; Associação Cultural de Negritude e Ação Popular – ACNAP; APP Sindicato; Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Curitiba da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba – SISMMAC e o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina – NEAA. (PARANÁ, 2009).

O representante da OERAN teve a chance de participar de encontro que contou com a participação de representantes de diversas entidades que estudavam, mobilizavam e praticavam ações sob a temática referente ao povo negro. Com isto, passou a ter contato e conhecimento da realidade de diversos segmentos do movimento negro que agiam no Estado do Paraná. Por meio da interação e da participação em eventos como o fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná, Encontro de Educadores Negros, contato com a Comunidade Quilombola Manuel Ciriaco dos Santos, que representantes da OERAN passaram a ter maior conhecimento e capacitação para a manutenção das ações que foram iniciadas no ano de 2008.

A manutenção das manifestações contribuiu para a construção do movimento negro em Marechal Cândido Rondon, no qual já havia sido realizado evento tratando sobre o que determina a lei 10.639/03 e as experiências vivenciadas em eventos realizados em 2008 e contatos feitos em 2009 com segmentos e entidades do movimento negro organizado do Paraná.

A troca de experiências e de conhecimento fez com que membros da OERAN obtivessem subsídios que lhes deram condições para a produção de mais um evento sobre a temática dos negros em Marechal Cândido Rondon.

No dia 20 de novembro daquele ano, em referência ao Dia Nacional da Consciência Negra, foi realizado um segundo evento com as características da mobilização do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade, que foi realizado no ano anterior.

Junto ao auditório da Faculdade Unifass foi realizado o Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra. A finalidade foi a de mobilizar pessoas para refletirem sobre o Dia Nacional da Consciência Negra e as atividades de mobilização em prol do reconhecimento da importância da participação do negro na sociedade brasileira.



Figura 11 – Registro da solenidade de abertura do “Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra”

Fonte: acervo do autor (20 nov.2009)

A frente de honra do evento foi composta por autoridades municipais e representantes das entidades envolvidas na realização. Na foto, da direita para a esquerda, a representante da Faculdade Unifass, diretora da Secretaria da Educação do município, documentadora escolar do Núcleo de Educação, secretária municipal de Assistência Social, prefeito, palestrante e membro fundador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná, diretor municipal de Assuntos Comunitários e representante da OERAN.

A programação foi destinada para profissionais da educação, com o convite tendo sido estendido a autoridades municipais, representante do Núcleo de Educação de Toledo, alunos e interessados. Na divulgação do evento foi destacado que:

Hoje, 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra. Em Marechal Rondon, para marcar a data, a Secretaria de Educação, Departamento de Cultura e a Organização Étnico-racial Nagô, promoveram Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra. O evento aconteceu nas dependências do auditório da Unifass. Estiveram presentes, autoridades, representantes de instituições, professores das redes pública municipal, estadual e privada, além de alunos do Colégio Paulo Freire e do Colégio. Palestra foi proferida pelo professor Paulo Borges, especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, que discorreu sobre o tema ‘Cotas Raciais e a Postura do Educador Face à Diversidade’ (SEMINÁRIO..., 2009).

A realização do evento serviu para a reafirmação da construção das ações sobre os negros que vinham sendo realizadas em Marechal Cândido Rondon. A presença de membro

do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná reforçou a manifestação e ampliou a consolidação das tentativas de manutenção de ações na localidade sob a temática.

O Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra foi importante para ampliar informações e reflexões para os professores e a comunidade local sobre os negros e sua participação na sociedade, bem como aprofundarem o conhecimento sobre sua trajetória. O evento se transformou em espécie de continuidade das manifestações que vinham ocorrendo desde 2008 no município.

No transcurso do seminário foi oportunizada aos participantes a discussão sobre temas que eram debatidos em nível nacional e, também, sobre questões regionais.

A programação, para a parte da manhã do evento, estabeleceu a palestra do professor Paulo Borges, que falou sobre cotas raciais e a postura do educador face à diversidade. Ele apresentou informações e reflexões sobre as políticas afirmativas, caso das cotas raciais, e repassou orientações aos educadores para se capacitarem sobre a importância da compreensão da diversidade.



Figura 12 - Palestra do Professor Paulo Borges, membro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Paraná

Fonte: Acervo do autor (20 nov. 2009)

Na figura, está registrado momento da palestra Cotas Raciais e a Postura do Educador Face à Diversidade, proferida por Paulo Borges. O tema tratado pelo professor possibilitou

aos participantes do evento ter informações daquilo que estava ocorrendo nas discussões em nível nacional sobre a questão das cotas raciais²⁵ e também da diversidade racial.

Para a parte da tarde do evento esteve programada a vinda de lideranças da Comunidade Negra Manuel Ciriaco dos Santos. Os integrantes da Comunidade tinham apresentação marcada com as escolas do município de Marechal Cândido Rondon e também fariam uma fala durante o Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra.

A intenção era propiciar às lideranças da comunidade negra de Guaíra expor no seminário, as dificuldades que vinham passando para a demarcação de terras. Os citados representantes, todavia, tiveram dificuldades para comparecer porque foram impedidos de saírem da localidade para participarem do seminário em Marechal Cândido Rondon.

A respeito do fato, Cláudia Cristina Hoffmann (2012) registrou em pesquisa de dissertação de mestrado, denominada de “Fronteira de um Quilombo em Construção: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da comunidade negra Manuel Ciriaco dos Santos – Guaíra-Pr”, o motivo que impossibilitou a presença de representantes da comunidade para participarem de seminário que acontecia em Marechal Cândido Rondon. Hoffmann (2012, p. 79) destacou que:

[...] no dia 20 de novembro de 2009, um ônibus da prefeitura de Marechal Cândido Rondon saiu da cidade para buscar os integrantes da comunidade negra em Maracajú dos Gaúchos (Guaíra-Pr) para se apresentarem em duas escolas estaduais. Na ocasião, agricultores, em protesto ao Dia da Consciência Negra, fecharam a estrada e agiram com violência, ameaçando incendiar o ônibus, o motorista e o grupo. Segundo entrevista com o motorista do ônibus, Ivo, foi necessário fazer boletim de ocorrência na polícia federal e, após cinco horas de negociação, o grupo teve que passar pela a barreira. Andaram a pé e entraram no ônibus a 2 quilômetros adiante da comunidade. Só assim conseguiram viajar de Guaíra até Marechal Cândido Rondon para fazerem apresentações de capoeira e samba, conforme combinado com as escolas.

Além das escolas, de acordo com Hoffmann, as lideranças da Comunidade Negra Manuel Ciriaco dos Santos, também haviam sido convidadas pelos organizadores do Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra para falarem sobre a

²⁵Sobre as cotas raciais ver PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Brasil).Lei **10.558**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10558.htm . JURISWAY - SISTEMA DE EDUCAÇÃO ONLINE (Brasil).**Cotas Raciais em Universidades Públicas**.Disponível em: www.jurisway.org.br. CIÊNCIA (Brasil).**Cotas nas Universidades Federais**.Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/negros/06.shtml. BRASIL. Dieese - Coordenação de População e Indicadores Sociais. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.**Apresentação do banco de dados de mercado de trabalho**.Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bd/basecor.xml>. AGÊNCIA SENADO (Brasil).**Senado discute cota para negros em concursos públicos**.Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/03/27/senado-discute-cota-para-negros-em-concursos-publicos>. Estas referências foram retiradas do blog **Visão Inclusiva das Cotas**. Disponível em: http://visaoinclusivadascotas.blogspot.com.br/2012/04/cotas-raciais-integracao-ou-mais-uma_17.html. Acesso em: 10 jan. 2016.

realidade que estavam vivendo na comunidade, mas, pelas informações de Hoffmann, seria difícil o comparecimento no evento porque tiveram que negociar durante cinco horas e burlar a barreira de protesto de agricultores para poderem se deslocar ao município rondonense. Mesmo assim, dois representantes da Comunidade Negra Manuel Ciriaco dos Santos conseguiram chegar a tempo para relatar sobre os acontecimentos do dia, bem como exporem as dificuldades que a comunidade estava enfrentando.

O Seminário de Mobilização do Dia Nacional da Consciência Negra transformou-se em espaço de capacitação para participantes e serviu como palco para o debate referente o que estava vivenciando a Comunidade Negra Manuel Ciriaco dos Santos. Experiências alcançadas com a realização de eventos aprofundaram o conhecimento sobre a realidade de luta e resistência vividas por negros, a cobrança da aplicação da lei 10.639/03 no âmbito escolar, e, principalmente, serviram para fortalecer a estruturação da OERAN, além de motivar novas manifestações do gênero.

3.2 2º FÓRUM: POPULAÇÃO NEGRA NA LUTA PELO FIM DA DESIGUALDADE

No ano de 2010, no dia 19 de novembro, em referência ao Dia Nacional da Consciência Negra, foi realizado o 2º fórum tendo como tema “a População Negra: a luta pelo fim da desigualdade”. Foi uma sequência das ações desde 2008 em Marechal Cândido Rondon sob a temática que envolvia o debate e a propagação sobre os negros.

Em entrevista ao jornal O Presente (EVENTO ao Dia..., 18/11/2010, p. 14), José Ediane, Udilma e Jossoé frisaram que era a terceira edição e o objetivo era dar mais visibilidade à valorização da população negra e do Dia Nacional da Consciência Negra. As ações programadas para o evento tiveram a intenção de reafirmar as práticas das manifestações anteriores, manter e expandir a difusão da temática que buscava a valorização do povo negro. Os entrevistados acentuaram que “queremos chamar atenção das pessoas para este tema e que professores, alunos e demais pessoas interessadas de outros municípios também podem participar, pois não é preciso se inscrever para prestigiar o evento” (EVENTO ao Dia..., 18/11/2010, p. 14).

Os organizadores tiveram a preocupação de mostrar que o assunto não estava sendo tratado de forma restrita, destinada apenas ao setor educacional, já que se encontrava aberto

aos demais interessados, inclusive de outras cidades. O tema abordou, mais uma vez, a valorização dos negros, oportunizada pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra.

14 | O PRESENTE GERAL QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2010

MARECHAL RONDON

Evento ao Dia da Consciência Negra acontece amanhã

São esperadas cerca de 500 pessoas. Programação é voltada, principalmente, a estudantes e professores

Em torno de 500 pessoas estão sendo esperadas amanhã (19), em Marechal Cândido Rondon, para o evento alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no sábado (20). Uma programação especial foi planejada para ser trabalhada em torno do assunto, a qual será desenvolvida no auditório da Faculdade Unifass, durante todo o dia.

Dentre os destaques do evento está a palestra com o professor João Batista Rodrigues Lopes, às 09h15, o qual vai explicar sobre

atividades culturais às 15h45.

De acordo com os professores Dione Pereira, Udilma Weirich e José Hahn, esta é a terceira edição do evento alusivo ao Dia Nacional da Consciência

mais pessoas interessadas de outros municípios também podem participar. Não é preciso se inscrever para prestigiar o evento.

DESIGUALDADES

Setenta mudas de árvore oiti foram plantadas sábado (13) no Loteamento Marcopolo, em Marechal Cândido Rondon, pelos membros da JCI. O plantio faz parte do projeto Plantando o Futuro, criado há dois anos pela entidade rondonense, cujo objetivo é tornar o projeto mundial para que pelo menos uma árvore seja plantada por membro júnior no mundo, somando 400 mil mudas no mínimo ao ano.

O projeto recebeu o apoio da prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Política Ambiental, e contou com o patrocínio da Globo Bikes e Motos, Protemar e Independência Comércio de Aço. Neste ano, o Plantando o Futuro teve como coordenador Laércio Wischeski.

Participaram do plantio lideranças, convidados, familiares entre outros.

A muda de árvore oiti é muito usada na arborização urbana por sua copa frondosa que dá ótima sombra, além de ser uma das árvores mais resistentes do mundo.

Divulgação



Professores Dione Pereira, Udilma Weirich e José Hahn, em visita ao Jornal O Presente para divulgação do evento

Figura 13– Divulgação do 2º Fórum: A População Negra: a luta pelo fim da desigualdade

Fonte: O Presente (2010, p. 14)

Na figura está captado o momento da visita feita por integrantes da OERAN para divulgarem o 2º Fórum. O convite para o evento foi extensivo as pessoas em geral, mas o foco dos debates foi direcionado para os alunos do ensino médio e professores de escolas do ensino fundamental dos anos iniciais e teve o objetivo de discutir a temática sobre o negro na sociedade e o resgate histórico das lutas dele no Brasil. Em conformidade com os organizadores, a intenção foi a de socializar informações entre a juventude e os professores dos anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva que eles disseminassem as informações na formação das crianças.

Pela imprensa local foi divulgado que

[...] 500 pessoas estão sendo esperadas amanhã (19) no auditório da Faculdade da Unifass para o evento alusivo ao Dia da Consciência Negra.[...] Dentre aos destaques do evento está a palestra, do professor João Batista Rodrigues Lopes, membro fundador do Movimento Negro de Toledo que, no momento vai explicar sobre 'A Valorização Negro na Sociedade' e às 14h15, a palestra com o professor Jomar Rocha, membro fundador do Movimento Negro Afro Vida, de Cascavel, que discorrerá sobre 'Resgate histórico da luta do povo africano'. Também terá explanação sobre o que é a Organização Étnica Racial Nagô (EVENTO ao Dia..., 2010, p. 14).

O evento foi mais um momento para fortalecer e trocar experiências voltadas às manifestações referentes aos negros. Foi a terceira atividade pública contemplando o tema e que possibilitou a vinda de representantes do movimento negro regional para a localidade. Os palestrantes que participaram do 2º Fórum eram membros fundadores de movimento negro nos municípios de Toledo e de Cascavel.

No período matutino, foi aplicada palestra pelo professor João Batista Rodrigues Lopes, representante da APP-Sindicato e integrante do Movimento Negro de Toledo. O público acompanhou a palestra, proferida no auditório da faculdade, onde, inclusive, estiveram presentes autoridades municipais que haviam participado da abertura do evento, bem como alunos do ensino médio dos colégios estaduais Frentino Sackser, Antônio Maximiliano Ceretta e Eron Domingues.

O professor João Batista Rodrigues Lopes levou para o debate a perspectiva da valorização da população negra na sociedade. A sua locução girou em torno do histórico das mobilizações do povo negro, retratando a luta pela igualdade social no Brasil. Também destacou a participação do povo africano negro e de seus descendentes em diversas áreas na formação do Brasil. Na visão dele, formar uma sociedade menos desigual nas oportunidades sociais não depende só do esforço do povo negro, mas, dele e também dos não-negros.

Na terceira edição do evento as discussões foram mais contundentes, pois os alunos do ensino médio foram questionadores e participativos, por isto, as informações e as reflexões repassadas pelo palestrante possibilitaram o debate que caracterizou de fato um fórum temático, com os questionamentos sendo respondidos pelo palestrante, que se baseava em documentos, fontes históricas, vídeos, entre outros meios.



Figura 14 - Professor João Batista Rodrigues Lopes após sua palestra “A Valorização do Negro na Sociedade” com representantes da OERAN

Fonte: Acervo do autor (19 nov. 2010)

Na foto está registrada a presença de novos participantes da OERAN. Da direita para a esquerda, Udilma Lins Weirich, Cirleide Viera, professor palestrante João Lopes, Soeli Gonçalves e Roseli Ferreira da Silva. O ato também contou com a participação, na condição de representantes da OERAN, de Jossoé Hahn Pinto, José Ediane, músico Cabral, Rosana Ferreira da Silva, Mirela Lins Weirich, Elza Rannov e Márcia Regina Pereira da Silva. Foram 09 representantes que passaram a incentivar as manifestações em Marechal Cândido Rondon com referência ao povo negro.

As mobilizações, via eventos, principalmente, referentes ao Dia Nacional da Consciência Negra, ajudaram bastante a divulgar a temática da contribuição negra. Além de terem sido usados meios da imprensa, local e regional, também houve a presença de professores, com a finalidade de ampliar conhecimentos sobre o tema.

Numa iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, alunos da rede municipal, foram dispensados das aulas para que os professores pudessem participar do evento que tratava sobre a citada temática. A dispensa dos alunos fazia com que os pais fossem comunicados por eles sobre a realização de evento, fato que, igualmente, contribuiu para a sua difusão. O convite que era feito a autoridades para participarem do evento, especialmente do ato de abertura, de semelhante maneira ajudou a divulgar o tema em questão.

A divulgação das iniciativas realizadas para tratar sobre a participação do negro na formação histórica e atual brasileira contribui para disseminar o trabalho que estava sendo feito para que fosse reconhecida a importância desta parcela étnica na vida do país, ontem e hoje. A presença de lideranças destacadas do movimento negro regional em Marechal Cândido Rondon também foi ponto importante para que o tema fosse mais amplamente divulgado, chegando a mais pessoas, independente de etnia.

A programação da 2ª edição do fórum estabeleceu para a tarde a palestra “Resgate histórico da luta do povo africano”, que foi proferida pelo professor Jomar Rocha²⁶.



Figura 15– Palestrado professor Jomar Rocha no 2º Fórum, denominado de “População negra: a luta pelo fim da desigualdade”.

O professor Jomar Rocha era membro fundador do movimento negro Afro-Vida, de Cascavel. No site do movimento, informações destacam que:

[...] o Grupo Afro-vida tem como missão recuperar a memória histórica da população negra em nossa cidade e região, colocando-se como um Centro de Referência em Estudos da Cultura Afro Brasileira em Cascavel. Para que isso se efetive, se propõe a resgatar e a promover a consciência negra através da educação, emancipação política e de questões voltadas para a diversidade étnica e organização dos empobrecidos. (GRUPO AFRO-VIDA, 2010).

No evento em Marechal Rondon, Jomar Rocha falou das experiências vivenciadas pelo povo negro em Cascavel, razão do aparecimento do Grupo Afro-Vida e das ações

²⁶In memoriam.

realizadas com a finalidade de promover consciência voltada para o conhecimento da importância dos negros no Brasil.

O professor detalhou as principais leis que trouxeram benefícios para a população negra no Brasil. Lembrou que a lei Bill Aberdeen, de 1845 (por influência da Inglaterra), determinou a prisão de navios negreiros. A lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu o tráfico de africanos e punia severamente os traficantes. A lei do ventre livre, de 1871, estabeleceu que os filhos de escravos nascidos a partir daquela data eram livres. A lei dos sexagenários, de 1885, libertou os escravos com mais de 65 anos. A lei Áurea, de 1888, aboliu o sistema de escravidão do território brasileiro. A lei Caó, de 1989, definiu o preconceito racial como ato criminoso. A lei 10.639, de 2003, cobra das Instituições de ensino, a necessidade de trabalharem conteúdos de valorização da história da África e de seus descendentes. E, mais recentemente, a lei 12.288, de 2010, aprovou o Estatuto da Igualdade Racial.

A palestra serviu para fazer um resgate histórico da construção dos meios que possibilitaram, pelo menos parcialmente, a reafirmação dos negros como parte importante na formação da sociedade nacional. Diante disto, é válido admitir que o 2º Fórum foi útil para propagar também em Marechal Cândido Rondon o processo histórico da trajetória de luta de negros, além de explicitar as leis que foram criadas em benefício deles no Brasil.

As ações em Marechal Cândido Rondon foram fundamentadas na exigência prevista na lei 10.639, já que o município é habitado também por negros e faz parte do território brasileiro, estando, desta forma, sujeito às determinações legais federais, estaduais e municipais.

Com a promoção dos primeiros eventos, a OERAN deu vida a práticas que expressavam as possibilidades da construção do movimento negro no município de Marechal Cândido Rondon, uma vez que, em anos posteriores, outros eventos, sob a mesma temática, foram realizados.

3.3 A CREDIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO

Após três anos de ações que objetivaram a manutenção em Marechal Cândido Rondon de realizações de eventos temáticos sobre os negros, houve certa receptividade do público, que participou mais das manifestações. Tendo conhecimento deste fato, a OERAN, com o

apoio das secretarias municipais de Educação e de Cultura, organizou ato diferente das ações realizadas em anos anteriores: promoveu a vinda da “Congada”, de Lapa (PR).

Sobre a “Congada”, Carolina Cartelli da Silva (2012) elaborou trabalho denominado de “Festa ou Devoção? Heranças imateriais da Congada em diferentes regiões do Brasil”. No estudo estão registradas particularidades de manifestações históricas e culturais de influências africanas praticadas por descendentes dos africanos negros no Brasil através da Congada. As manifestações apresentadas por grupos da Congada têm suas peculiaridades regionais e, neste sentido, Carolina Cartelli da Silva (2012, p. 30) escreve que:

A congada possui características regionais próprias, adquiridas através de processos sociais singulares de cada região, mas apesar desta singularidade percebemos muitas características que permaneceram comuns. É o caso da presença de uma corte real, que em geral possuem nomes que denotam reinos africanos como Congo ou mesmo Moçambique. A estrutura do reinado possui sempre rei, rainha, príncipes e princesas, constituindo assim a família real. Quando as crianças saem para celebrar são sempre denominadas conguintos. São realizadas anualmente, geralmente no dia de seus santos protetores, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e no dia dos Reis 06 de Janeiro. A indumentária também está presente em todas as manifestações, variando apenas cor e o luxo das roupas, possuindo vital importância ao definir visualmente o lugar de cada participante na estrutura da manifestação.

Com particularidades regionais, os praticantes da Congada têm importante função na propagação da tradição da cultura africana. A prática tem singularidades regionais, porém, a história e a cultura representadas nas manifestações convergem para a conservação da unidade do povo negro, por meio da arte, religião, família e identificação com seus antepassados.

Em 2011, a apresentação da cultura africana e parte da tradição histórica dos negros através da Congada, foi mais uma manifestação realizada em Marechal Cândido Rondon para difundir os feitos dos negros com o objetivo de reafirmar a valorização da cultura africana e de seus descendentes.

A presença da Congada em Marechal Cândido Rondon tornou-se um grande divisor das propostas de tentativa de manter as ações sobre os negros, pois até aquele momento as manifestações se apresentaram como meios que fortaleceram, ou seja, plantou na localidade o discurso sobre os negros, porém as manifestações eram realizadas em auditórios fechados e vinculadas principalmente a atividades educacionais.

A partir da apresentação da Congada, porém, atividade feita em espaço aberto, diferentemente das anteriores, o movimento adquiriu nova dimensão. A figura mostra a maneira pela qual a imprensa local divulgou a vinda da Congada, de Lapa, para Marechal Cândido Rondon.

18 | O PRESENTE

GERAL

SÁBADO, 19 DE NOVEMBRO DE 2011

CONGADA DA LAPA

Apresentação inédita marca Dia da Consciência Negra

Evento acontece amanhã (20), no lago municipal de Marechal Rondon

Uma apresentação inédita será realizada amanhã (20), a partir das 16 horas, no lago municipal do Parque Ecológico Rodolfo Rieger, em Marechal Cândido Rondon, para marcar o Dia da Consciência Negra. O evento é promovido pela Organização Etnicorracial Nagô (Oeran), com apoio da prefeitura rondonense, por intermédio das secretarias municipais de Educação e de Cultura.

De acordo com a representante da ONG, Udilma Weirich, se representa o coração do Rei do Congo no Brasil. "É uma celebração que envolve 20 pessoas em atividades de dança e música", afirma.

Segundo ela, será uma oportunidade tanto para professores como para a população em geral ampliarem conhecimentos a respeito da cultura afro. Udilma reforça que na ocasião será possível identificar que a cultura afro não se resume a capoeira, reggae e samba, mas também possui outras manifestações culturais. "Será uma oportunidade tanto para educadores como o público ampliarem sua bagagem cultural a respeito da cultura afro", salienta.

A expectativa dos organizadores é de que o evento reúna em assim como os trabalhos desenvolvidos pela ONG, visam promover a valorização do negro e da cultura afro. "Buscamos enaltecer a colaboração que o negro desempenhou para o desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon, principalmente a partir da década de 70", expõe.

Ela observa que em muitos espaços sociais o negro ainda está em minoria, assim como em grande parte das empresas ocupa cargos de remuneração inferior. "Queremos destacar o potencial do negro, mostrar a sua capacidade e garantir a ele uma maior visibilidade social para que possa ocupar lugares de destaque na sociedade", conclui.



Representantes da ONG Oera, Luiz Alexandre da Silva (Luizinho), Rosane Gonçalves, Cláudia Vieira e Udilma Weirich com a secretária de Cultura, Carmen Borzatto: valorização da cultura afro

Figura 16 – Matéria jornalística na imprensa local sobre a Congada, da Lapa

Fonte: O Presente (2011, p. 18)

A presença inédita da Congada na cidade foi, de fato, manifestação diferente das apresentações executadas pela OERAN. A apresentação aberta ao grande público, diferente das anteriores, mais restritas ao público do meio educacional, teve, todavia, o mesmo objetivo delas, qual seja, motivar a reflexão sobre a presença do negro em terras brasileiras, valendo-se, para tanto, da passagem do Dia Nacional da Consciência Negra.

A apresentação artístico-teatral do grupo folclórico afro da Lapa, mostrando parte da cultura popular de matriz afro-brasileira, encenou a coroação do rei do Congo, no Brasil. A manifestação é celebrada com vários artistas, caracterizados com figurinos da tradição africana e tem como componentes, adultos, jovens e crianças, com laços de parentescos e descendentes da população negra.



Figura 17 - Componentes da Congada²⁷ e organizadores do evento

Fonte: Acervo do autor (20 nov. 2011)

A apresentação do grupo da Lapa aconteceu junto ao Lago Municipal Rodolfo Rieger, espaço bastante frequentado pela população. Foi a primeira atividade aberta da OERAN para levar a sua mensagem a mais pessoas, simultaneamente. Udilma Lins Weirich, da OERAN, em entrevista concedida à imprensa por ocasião da divulgação do evento, afirmou que “será oportunidade tanto para professores quanto para a população em geral ampliarem conhecimentos a respeito da cultura afro [...] e que na ocasião seria possível identificar que a cultura afro não se resume apenas à capoeira, reggae e samba, já que também possui outras manifestações culturais” (APRESENTAÇÃO..., 2011, p. 18).

A decisão da vinda da Congada para Marechal Cândido Rondon extrapolou os objetivos iniciais da OERAN que motivaram a realização de eventos anteriores, já que tinha a finalidade de levar a temática da participação negra a mais pessoas, inclusive, fora dos limites escolares. Em comum, no entanto, teve a intenção de, através da prática artística, mostrar ao público um pouco mais da cultura negra. A apresentação do grupo da Lapa propiciou maior credibilidade junto ao público, cujo número de simpatizantes cresceu bastante, com o mesmo acontecendo perante instituições públicas oficiais.

O movimento ganhou cada vez mais apoio, fato evidenciado através de ações tanto do executivo quanto do legislativo municipal. Na prefeitura, o movimento recebeu o apoio das

²⁷Maiores informações sobre a história e manutenção da Congada da Lapa-PR ver endereço: <https://hemi.nyu.edu/unirio/studentwork/imperio/projects/betolanza/betolanzawork.htm>

secretarias da Educação e da Cultura e, na câmara municipal, vereador se manifestou a respeito através do requerimento nº 230/2011, protocolado sob o nº 1808/2011, 14:12:36:

Senhor Presidente,

Requeiro seja, após deliberação regimental do Plenário, encaminhada cópia do presente para os integrantes da ONG Oeran, assim como para a Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Cultura e integrantes da Escola Municipal Criança Feliz, parabenizando-os pelo trabalho realizado e que viabilizou a vinda do 'Grupo Congada da Lapa', visando homenagear aos negros no Dia da Consciência Negra. Em especial, os vereadores que abaixo subscrevem, agradecem à Escola Municipal Criança Feliz por abrigar o grupo e também às pessoas que trabalharam voluntariamente para dar suporte logístico ao grupo, principalmente na alimentação. O Grupo Congada da Lapa é formado por descendentes do Congo, e a vinda para Marechal Cândido Rondon possibilitou a apresentação das tradições da cultura daquele país africano no período do movimento escravagista, todos devidamente estilizados.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.
Sala das Sessões, em 28 de Novembro de 2011.
ALBENICE PINTO DE SOUZA
Vereador (MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2011)

O documento do legislativo representou adendo para o fortalecimento das atividades, somando na construção da credibilidade dos argumentos utilizados para produzir mais ações práticas para a valorização dos negros.

As ações desenvolvidas em Marechal Cândido Rondon sobre o povo negro serviram para construir e ampliar a credibilidade do movimento, legitimando a propagação da temática através de atos individuais (grupo de idealizadores, como os membros da OERAN) e coletivos (receptores da propagação: órgãos públicos, professores, alunos, imprensa e simpatizantes).

É justo e certo considerar que as manifestações em Marechal Cândido Rondon sobre os negros venceram diversas etapas, caracterizando a estrutura de um movimento social. Maria da Glória Gohn (2006, p. 268) diz que:

movimento social é formado por agrupamentos humanos, coletivos sociais, que estão de uma forma ou de outra, inseridos na sociedade. Esta inserção não se dá no vazio, mas a partir de algumas instituições de apoio ou abrigo, ou seja, a igreja, o partido, o sindicato, a escola e até família.

A definição pode ser percebida na análise das ações relacionadas aos negros que foram realizadas em Marechal Cândido Rondon. Nota-se um intercâmbio constante dos organizadores com instituições públicas, sobretudo, administração pública municipal, e, igualmente, com instituições educacionais e culturais.

O relacionamento com o poder público (executivo) é mais intenso pelo fato de que parte dos representantes da OERAN, Udilma, Jossoé e José Ediane, eram funcionários públicos quando iniciaram a cobrança da aplicação da lei 10.639 junto às escolas do município. A atuação deles, para cobrar o que determina a lei, começou em 2008 com manifestações em espaços escolares, que foram durante quatro anos, os principais locais para a busca de resultados.

O fruto apareceu em 2012, quando representantes da OERAN estiveram à frente da coordenação de projetos educacionais para debater sobre temas referentes a etnias, relações étnicas raciais, bem como na realização de atividades de aprendizagem sobre o hip hop, capoeira e reggae em instituições, caso do Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC), de escolas municipais e de colégios da rede estadual de ensino. No referido ano, para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra, foi realizado no Colégio Eron Domingues, um dos tradicionais educandários estaduais existentes no município, mostra de atividades durante a Semana da Consciência Negra.



Figura 18 - Divulgação da Semana da Consciência Negra do Colégio Eron Domingues

Fonte: O Presente (2012, p. 10)

José Ediane, representante da OERAN, professor do citado colégio, coordenou a organização e execução de projetos sob a temática do povo negro. Através de entrevista, falando as atividades do evento, disse que "foi promovido um concurso de produção de vídeo, abordando a temática 'a influência da cultura afro na cidade de Marechal Cândido Rondon', a

fim de motivar o exercício da leitura e crítica da cultura afrodescendente no município.” (MOSTRA..., 23/11/ 2012, p. 10)

Ações com esta perspectiva cada vez mais possibilitaram a manutenção do processo constante e transformador da propagação da importância dos negros. Além disto, também serviram de reforço para a manutenção de práticas com esta finalidade em Marechal Cândido Rondon. Em 2013, cinco anos após a primeira atividade (1º Fórum), foi aprovado o Estatuto Social da Organização Étnico Racial Nagô.



Figura 19 - Participantes da aprovação da ata de fundação da ONG OERAN ocorrida em 12 de junho de 2013 nas dependências da Câmara de Vereadores em Marechal Cândido Rondon

Fonte: Acervo do autor (12 jun. 2013)

A aprovação do Estatuto da Organização Étnico Racial Nagô possibilitou reunir coletivo de pessoas da localidade e de ascendência negra para debaterem e proporem meios e estratégias para a manutenção das ações em anos posteriores com o objetivo de propagar a temática sobre os negros, valorizando, ao mesmo tempo, a participação deles no desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon.

No artigo 4º, do capítulo terceiro, o Estatuto da Organização Étnico Racial Nagô (OERAN), destaca que os objetivos e a finalidade da organização são: “[...] valorizar a presença de afrodescendente e integrá-lo como ente contribuidor dos setores produtivos econômicos, sociais e culturais para o enaltecimento de sua presença na população do

município de Marechal Cândido Rondon. (ORGANIZAÇÃO ÉTNICO RACIAL NAGÔ, 2013, p. 8).

A oficialização do estatuto, além de outras funções, também tem a missão de tornar públicas e definir ações voltadas para o anúncio em Marechal Cândido Rondon de iniciativas sobre a importância da contribuição dos negros na formação e no desenvolvimento da nação.

Trata-se, em última análise, da valorização que estende também às pessoas negras da localidade. As manifestações sobre os negros, realizadas na cidade a partir do ano de 2008, permitem observar duas perspectivas: o incentivo para os profissionais de educação cumprirem a lei 10.639/03 e a partir dela, produzir ações para contribuir para a propagação da trajetória de luta do povo negro.

Ações como a cobrança da aplicação da lei 10.639, a fundação da Organização Étnico Racial Nagô (OERAN), através da qual, com apoio de parceiros, foram organizados vários eventos, que contribuíram de modo significativo para buscar solidificar o movimento.

Em agosto de 2014, a OERAN ajudou a divulgar a palestra, proferida em Marechal Cândido Rondon, sobre “a colonização europeia na África e o seu impacto na hibridização de línguas e culturas: o caso da língua portuguesa em Moçambique”, que foi proferida pelo professor Ilídio Enoque Alfredo Macaringue, da Universidade Pedagógica Sagrada Família, de Maxixe, da Província de Inhambane, Moçambique, África. Ele havia, há pouco tempo, concluído o mestrado no Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste no Campus de Foz do Iguaçu e, por este motivo, estava no Brasil.

Na divulgação do evento, órgão da imprensa (O PRESENTE 24/08/2014: p.16) destacou que o professor Ilídio Macaringue estaria em Marechal Cândido Rondon a convite do professor Valdir Gregory, da Unioeste, para a atividade promovida pelo Colegiado de História e Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon e contava com o apoio da OERAN.

Além de proferir a palestra, o professor aproveitou a oportunidade para fazer o lançamento do livro “Políticas Linguísticas e a Nacionalização do Português de Moçambique (2014).



Figura 20 – Professor Ilídio Enoque Alfredo Macaringue e representantes da OERAN

Fonte: acervo do autor (25 ago. 2014)

O evento teve particularidade em relação às demais atividades nas quais a OERAN participou ou organizou. Ela foi convidada a participar de atividade promovida por outra instituição de Marechal Cândido Rondon sob a temática que expressava, em parte, as ações que vinha desenvolvendo, e, porque, também, a palestra proferida pelo professor Ilídio Macaringue, abordou a África, referindo-se ao continente de onde haviam vindo muitos dos antepassados dos negros brasileiros, e, ainda, por terceiro, porque o evento oportunizou a experiência de participar e incentivar atividade que tinha como palestrante um africano negro, novidade para os representantes da OERAN, que tiveram a possibilidade de acompanhar a palestra proferida em Marechal Cândido Rondon.

O contato com professor genuinamente africano e sua locução em Marechal Cândido Rondon serviram para fortalecer o movimento que a OERAN vinha construindo no município. As experiências da mobilização de pessoas negras de Marechal Cândido Rondon, tanto em ações realizadas pela OERAN quanto fora dela, receberam o acréscimo importante com a presença do professor Ilídio Macaringue na cidade.

O círculo de manutenção das práticas em Marechal Cândido Rondon sobre os negros foi construída, principalmente, com o fito da interação através de experiências com segmentos e pessoas relacionadas à temática sobre os negros e reforçada pelo professor Ilídio

Macaringue, originário de África. O diálogo com pessoa africana e a produção de ações com a sua participação concretizavam cada vez mais a expansão das manifestações em Marechal Cândido Rondon.

A OERAN, seguindo a proposta de realizar ações em Marechal Cândido Rondon para marcar a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, realizou mais um evento. Nele, houve a presença de Agossou Djosse Ignace Kokoye, cantor e dançarino africano.

Agossou, que utiliza como nome artístico Kadi, nasceu no Benin, país do Oeste africano²⁸. A vinda a Marechal Cândido Rondon foi possível porque ele cursava Agronomia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O professor Valdir Gregory e a esposa Lúcia Teresinha Mecena Gregory, residentes em Marechal Cândido Rondon, tiveram conhecimento do trabalho artístico de Kadi quando ele foi voluntário em trabalhos realizados durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 em Porto Alegre (RS).

Em contato com representantes da OERAN, foi sugerida a participação dele em eventos realizados na cidade sobre os negros. Com o incentivo do casal Gregory, a OERAN, contando com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, viabilizou a vinda de Kadi para Marechal Cândido Rondon.

Denominado de “Momento Afro Cultural”, evento foi realizado no dia 21 de novembro de 2014 nas dependências do prédio do café colonial. A programação iniciou às 20h, sendo que na solenidade de abertura aconteceu a declamação da poesia “Me Chamaram Negra”, de Victoria Santa Cruz, interpretada por Udilma Lins Weirich.

Após, houve apresentação de “Street Dance” com os alunos do CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade. Depois, foi apresentado breve histórico sobre as ações da OERAN por José Ediane Pereira da Silva. A apresentação das atividades do projeto Diversidade Cultural com alunos foi feita pela professora Vera Pagnussatti, do Colégio Eron Domingues, de Marechal Cândido Rondon.

A partir das 21h00 ocorreu a apresentação de “Danças e Canções Africanas” apresentadas pelo o cantor e dançarino Agossou Djosse Ignace Kokoye – (Kadi de Benin). A realização do evento marcou o sétimo ano de atividades desenvolvidas pela OERAN em Marechal Cândido Rondon sob a temática dos negros.

²⁸Sobre o país Benin acessar os seguintes endereços: http://www.portalbrasil.net/africa_benin.htm - <http://www.beninemb.org.br/>



Figura 21 - Momento da apresentação do cantor e dançarino Kadi

Fonte: acervo do autor (21 nov. 2014)

O compromisso com a realização de ações para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra estava sendo cumprido pela OERAN. A participação do cantor e dançarino Kadi, sendo este africano, era mais uma novidade nas ações realizadas pela a OERAN em Marechal Cândido Rondon. E a busca pela novidade foi desde o início a proposta dos representantes da OERAN quando em 2008 cobrava a aplicação da lei 10.639 nas escolas municipais.

Com o conhecimento da lei e a tentativa de ver essa sendo de fato aplicada incentivou o surgimento das diversas ações e mobilizações em Marechal Cândido Rondon-PR para a propagação sobre os negros e sua importância na formação social. Assim, com os dados das análises sobre as manifestações foi possível registrar didaticamente atividades que foram realizadas, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 09– Dados sobre Ações e Manifestações Realizadas

DATA	LOCAL	ATIVIDADE	OBJETIVO
06/2008	Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto	Semana Pedagógica com tema sobre a cultura afro-brasileira.	Capacitação para os profissionais da educação do município aplicar o que solicita a Lei 10.639/03
11/2008	Centro Cultural Elói Urnau	1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade	Reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra com debates sobre diversidade em sala de aula, Literatura Afro e a Lei 10.639/03.
11/2009	UNIFASS	Seminário de Mobilização	Reflexão sobre o Dia Nacional da

		do Dia Nacional da Consciência Negra.	Consciência Negra com debates sobre Cotas Raciais e a Postura do Educador Face à Diversidade.
11/2010	UNIFASS	2º Fórum: população negra na luta pelo fim da desigualdade	Reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra com debates sobre a Valorização do Negro na Sociedade e resgate histórico do povo africano.
11/2011	Parque Rodolfo Rieger	Apresentação da Congada da Lapa	Marcar o Dia Nacional da Consciência Negra e oportunizar para a população local uma mostra da manifestação folclórica de matriz da cultura africana.
11/2012	Colégio Estadual Eron Domingues	Projeto Direito e Diversidade	Orientação para a desconstrução do preconceito, racismo e discriminação no espaço escolar.
11/2013	Câmara Legislativa	Aprovação da Ata de fundação da ONG OERAN	Analisar e aprovar o texto do Estatuto da Organização Étnico Racial Nagô
11/2014	Dependências do Café Colonial	Momento Afro Cultural	Reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra e oportunizar para a população local a apresentação artística do cantor e dançarino africano Kadi de Benin.

Quadro organizado pelo o autor.

É importante enfatizar que por meio das análises desta trajetória que a OERAN vem desenvolvendo desde 2008 possibilitou perceber que as práticas utilizadas são as maneiras que os representantes compreenderam que deviria trabalhar o que cobra a lei 10.639/03 em um plano mais amplo, ou seja, no âmbito extraescolar.

Desta forma perceberam na lei que era possível contribuir também para a tentativa de ver essa sendo praticada. Nilma Lino Gomes (2007), no livro “Um Olhar Além das Fronteiras: educação e relações raciais” destaca no estudo “Diversidade Étnico-Racial e Educação no Contexto Brasileiro”, que a aplicação da lei 10.639 não se limita à ação do Estado. Segundo Gomes (2007, p. 107),

o movimento negro e os núcleos de estudos afro-brasileiros (NEAB's) existentes em universidades públicas e privadas, bem como outros grupos culturais e iniciativas da comunidade negra brasileira, há muito tempo estão realizando ações voltadas à inclusão, discussão e à problematização da temática étnico-racial na educação e em outros setores da vida social brasileira.

Estas informações demonstram que diversos segmentos, entidades e grupos organizados vêm trabalhando em conjunto com o Estado e por muitas vezes por ação própria para de fato buscar mudanças que sejam positivas para o povo negro. Nesta perspectiva

percebe-se que a OERAN vem tentando por meio de suas ações fazer este trabalho de inclusão, discussão e problematização desta temática.

Acreditando nisto, a OERAN concretizou ações visando à discussão e à inclusão da temática nas escolas e na sociedade em geral. Incentivada e amparada na lei 10.639, viu que era possível fomentar mudanças sobre o entendimento a respeito do negro no desenvolvimento do país. Colocou em prática várias ações, na tentativa de contribuir para a valorização do povo negro.

A temática em Marechal Cândido Rondon sobre o negro, a partir do surgimento da OERAN, tem alcançado grandes conquistas nos últimos oito anos. Atividades desenvolvidas em eventos, contando com representantes do movimento de outras cidades e, inclusive, da própria África, foram capazes de chamar a atenção, primeiramente, de professores, escolares, membros da comunidade escolar e, depois, extrapolando, da sociedade em geral.

Poder-se considerar que o relato das ações realizadas em Marechal Cândido Rondon a partir do conhecimento da lei 10.639, demonstra que ao longo destes últimos oito anos tentativas vêm sendo realizadas. As ações vão sendo produzidas e assim surgindo eventos, o coletivo, as parcerias, projetos em instituição de ensino, a participação dos segmentos organizados que trabalham a temática e outras diversas práticas que permitiram realizar estas produções.

No mesmo sentido estes atos vão possibilitando a expansão de conhecimento sobre as temáticas tanto para aqueles que estão envolvidos na realização das ações, bem como para quem incentiva, participa nas atividades e também o público que vai prestigiar os eventos.

CONCLUSÃO

A lei 10.639/03 foi e continua sendo a referência fundamental que fomentou o surgimento de ações e de manifestações a partir de 2008 em Marechal Cândido Rondon sob a temática da participação e importância do povo negro na sociedade brasileira, bem como sobre a trajetória de luta e resistência deste povo no Brasil. Ela tem sido firme apoio no embate histórico do reconhecimento do valor dos negros no País, levando ao conhecimento das novas gerações a importância do trabalho, do africano e de seus descendentes, enriquecido por costumes e cultura próprios, significando conhecimento.

O respeito que é devido ao negro está evidente na lei em questão. Difundindo o trabalho do povo negro a partir das escolas, vem sendo possível tentar desconstruir a visão estereotipada do negro atrelado apenas às mazelas da escravidão, marcadas pelo atraso e pela falta de condições e oportunidades em vários sentidos, mas especificamente econômico.

Assim poder-se dizer que os idealizadores de ações em Marechal Cândido Rondon para a aplicação do que rege a lei 10.639/03 nos espaços escolares vem obtendo sucesso na iniciativa. A extrapolação do público-alvo inicial aos poucos vem tentando atingir a sociedade como um todo.

Ações colocadas em prática a partir de 2008, por meio da iniciativa dos estudos da Semana Pedagógica, possibilitaram a criação e a manutenção de estrutura para a propagação das ações em prol do negro. A constituição da Organização Étnico Racial Nagô (OERAN) estimulada pela instituição da lei 10.639/03, sancionada para reconhecer e defender a valorização dos negros é fator importante na sociedade rondonense.

A realização de atividades, desde 2008, em Marechal Cândido Rondon, para marcar a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, tem servido para difundir e fazer crescer o movimento que atua pelo reconhecimento do povo negro também na cidade.

A partir da análise dos eventos foi possível perceber que outras ações importantes foram realizadas para a concretização destes eventos. Foi o caso, por exemplo, das análises das práticas do 1º Fórum Municipal da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Consciência Política e Histórica da Diversidade, quando foi possível verificar a ação interdisciplinar entre as áreas da Educação Artística, Literatura e História que convergiram para dar condições para a produção da realização das atividades. A ação da interdisciplinaridade também foi analisada como prática para a aplicação das exigências cobradas pela lei 10.639/03.

É pertinente concluir que estas e outras práticas possibilitaram a construção de manifestações que permitiram difundir o tema afro. Para isto, contribuíram estudiosos e especialistas, representantes de movimentos negros, integrantes da comunidade negra, grupo folclórico de matriz africana, além de africanos.

O estabelecimento de parcerias entre a entidade representativa e o poder público serviu para incrementar as ações de reconhecimento. Importante foi o apoio prestado pelas secretarias de Educação e de Cultura do município, educandários estaduais, órgãos de imprensa, instituições de ensino superior e, populares em geral, simpatizantes da causa negra, cujo apoio fortaleceu as ações que a OERAN realiza, desde 2008, contribuindo para a conquista de resultados na luta pelo reconhecimento da importância do negro na sociedade onde vive. No entanto para concluir é possível questionar se estas ações e manifestações que estão sendo realizadas em Marechal Cândido Rondon podem ser vistas como um movimento social negro.

É importante considerar que diversas ações vêm sendo realizadas, e perceber que por meio das análises levantadas neste estudo, que a priori as manifestações vêm sendo realizada por uma ONG, a OERAN.

Neste sentido cabe lembrar que Organização Não Governamental não substitui Movimento Social, mas que podem se complementar. Assim, pode-se considerar o que Raimundo Augusto de Oliveira (2012) presidente da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG) frisou, ou seja, que as ONGS não nascem para substituir movimentos sociais, nascem para fortalecê-los. E por fazer parte do tecido social, elas não disputam espaços com movimentos, mas somam-se com eles.

As ações e manifestações realizadas pela OERAN até o momento expressam esta perspectiva de complemento e de apoio às práticas dos movimentos sociais negros, tendo em vista que no histórico de sua construção a principal referência é a lei 10.639/03 que surgiu pautada principalmente pela luta e pela cobrança dos movimentos sociais negros. Por outro lado a OERAN pode também ser vista como parte das ações e práticas que vêm produzindo em Marechal Cândido Rondon à estruturação que está passando por tentativas, experiências e estágio que expressam à construção de um movimento negro na localidade. Pode-se dizer que este está em processo.

Relembre-se que amalgamado a estas conclusões há a particularidade de o autor que, sendo de ascendência negra ser partícipe e protagonista da pesquisa. Neste sentido é possível concluir que o estudo também possibilitou dois vieses que se encaminharam nesta perspectiva. O autor, por fazer parte dos idealizadores e produtores de ações e manifestações

que vem ocorrendo em Marechal Cândido Rondon-PR com a temática sobre o povo negro, pode se considerar que está em parte realizando o que havia comentado com a colega de aula negra no ano de 1994. Por fim, as informações, análises, registros e reflexões desta pesquisa se transformam também como meios de manutenção da trajetória pela busca do reconhecimento da população negra na figura do seu próprio autor.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

_____; _____. Orgulho da cor. *Revista de História.com.br*, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/orgulho-da-cor-1>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

APRESENTAÇÃO inédita marca Dia da Consciência Negra. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 19 nov. 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

BARBOSA, Márcio. *Frente negra brasileira: gestando um projeto político pra o Brasil*. Disponível em: <<http://www.quilombhoje2.com.br/blog/?p=492>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BERGMANN, Michel. *Nasce um povo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. *O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e legislação correlata*. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015

CABRAL, Adilson. *Movimentos Sociais, as ONGS e a militância que pensa, logo existe*. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CARDOSO, Edson. Lei 10.639/03, história e cultura afro-brasileiras. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA Amilcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil*. Brasília: CPDOC, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CULTURA afro-brasileira e africana é o tema de Fórum hoje. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 18 nov. 2008.

CUTRIM, Suany Clise; LOPES, Josefa Batista. ONGS e movimentos sociais: elementos conceituais. In: *Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC*. Fortaleza, CE, jul. 2005. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/SENIOR/RESUMOS/resumo_343.html>. Acesso em: 07 jan. 2016

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 2007, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

DUARTE, Angelina; SILVA, Ricardo Tadeu Caires. As ações do estado do Paraná para a implantação da Lei 10.639/03 na Rede Básica de Educação (2003-2013). In: *Anais do 14º Encontro Regional de História*. Campo Mourão: ANPUH PARANÁ, 2014. p. 1258-1268. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/113.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

EVENTO ao Dia da Consciência Negra acontece amanhã. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 18 nov. 2010.

EVENTO foca perspectiva multirracional. *O Paraná*, Cascavel, 19 nov. 2008. (Cidades, B7).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. v. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

FÓRUM Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial do Paraná. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/fpederparana/sobre>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt- Editor, 1938.

GARCIA, Januário. *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Nilma Lino. *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GONZALEZ, Emílio. Consciência negra, práticas culturais e identidades sociais no ensino médio. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, ano 3, n. 26, p. 122-141, 1. Sem. 2012.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRUPO AFRO-VIDA. *Nascendo uma força*. Cascavel, 2010. Disponível em: <<http://grupoafrovidacascavelpr.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. *CRQ- Comunidade Remanescente Quilombola Manuel Ciriaco dos Santos*. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

GÜTHS, Lia Dorotéia. Zona Bonita nos caminhos da colonização da fronteira. In: LOPES, A. Marcos (Org.), *Espaço da memória: fronteiras*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: O movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOFFMANN, Claudia Cristina. *Fronteiras de um quilombo em “construção” : um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciriaco dos Santos-Guaíra/PR*. 2012. 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2012.

JACCOUD, Luciana. *A construção de uma política de promoção da Igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: Ipea, 2009.

JESUS, Rodrigo Ednilson. Diversidade étnico-racial no Brasil: os desafios à lei 10.639 de 2003. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, jul./dez., 2013.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. São Paulo: Globo, 1922.

_____. *O presidente negro ou choque das raças*. São Paulo: Globo, 1926.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR). Câmara Legislativa. *Requerimento Nº 210/2011*. 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://camaramcr.pr.gov.br/principal/phocadownload/A-2011/ALBENICE/REQUERIMENTO/requerimentos%20novembro%202011.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

MENEZES, Vanda. Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e a vida. In: GARCIA, Januário. *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*. 2. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSTRA ressalta etnias na Semana da Consciência Negra. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 23 nov. 2012.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática. 1989.

_____. *Quilombos*: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Ática. 1993.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a19v1850.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

OLIVEIRA, Raimundo Augusto de. *As ONGs não nascem para substituir movimentos sociais; nascem para fortalecê-los*. 21 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/506676-as-ongs-nao-nascem-para-substituir-movimentos-sociais-nasce-m-para-fortalece-los-entrevista-especial-com-raimundo-augusto-de-oliveira>>. Acesso em: 07 jan. 2016

ORGANIZAÇÃO ÉTNICO RACIAL NAGÔ. Estatuto da Organização Étnico Racial Nagô. Marechal Cândido Rondon: OERAN, 2013. Mimeo.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Faxinal do Céu sedia VI Encontro de Educadores Negros do Paraná*. Curitiba, 22 set. 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1246>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. _____. *História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as educações étnico-raciais*. Curitiba: SEED, 2006.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a elaboração de uma tese interdisciplinar. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 63-77, 1. sem. 2008.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1. sem. 2008.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Élcio Fernandes. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

RAYNAULT, C.; ZANONI, M. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In: PHILIPPI JR., A; SILVA NETO, A. (Orgs.). *Interdisciplinaridade em ciência da tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011.

REIS, Aline; SCHENER, Maria Carolina. *Paraná Preto*. Curitiba: Ithala, 2015.

RIBEIRO, Paulo Silvino. *Movimentos sociais: breve definição*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ROCHA, Luis Carlos Paixão da; ARAÚJO, Débora Cristina de. Legislação e movimentação social. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Batista da (Orgs.) *África da e pela diáspora: pontos para a educação das relações étnico-raciais*. Curitiba, PR: NEAB-UFPR, 2013.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. *Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

RONDON sedia Fórum sobre cultura afro-brasileira e africana. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 05 nov. 2008.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: a história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste. 1984.

SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da constituição de um mito político: memórias de Willy Barth*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SEMANA pedagógica segue até amanhã em Rondon. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 29 jul. 2008.

SEMINÁRIO marca Dia da Consciência Negra em Marechal Rondon. 20 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://aquiagora.net/noticias/ver/4199/>>. Acesso em: 20 fev.2015.

SILVA, Carolina Cartelli da. *Festa ou Devoção? Heranças imateriais da Congada em Diferentes Regiões do Brasil*. 2012. 65 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. *Ser negro hoje*. 16, ed. São Paulo: Moderna, 1997.

WACHOVICZ, Ruy. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WARREN, Ilse Scherer. *Movimentos sociais: Um ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

